



Reunião de 11/03/2026

ATA N.º 05/2026

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM ONZE DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

---- Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas quinze horas, a Câmara Municipal de Nelas, em reunião ordinária, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral, estando presentes, no Salão Nobre, o referido Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Enf.ª Patrícia Salomé Oliveira Forte, em substituição de Dr.ª Sofia Relvas Marques, Nuno Daniel Silva Pereira, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo, Dr.ª Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Ilídio José Morais Loureiro e Dr. Manuel da Conceição Marques. -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 10 de março de 2026, que apresentava os seguintes saldos: Total de disponibilidades da Câmara Municipal: 3.083.247,61 euros (três milhões oitenta e três mil duzentos e quarenta e sete euros e sessenta e um cêntimos); - De operações orçamentais: 2.609.780,50 euros (dois milhões seiscientos e nove mil setecentos e oitenta euros e cinquenta cêntimos); - De operações não orçamentais: 473.467,11 euros (quatrocentos e setenta e três mil quatrocentos e sessenta e sete euros e onze cêntimos). -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Começamos naturalmente com a situação financeira da autarquia, conhecimento para dar conhecimento das disponibilidades financeiras, à data de ontem, como reporta a lei, 10 de 3 de 2026, total de disponibilidades 3.083.247,61 euros, dos quais 2.609.780,50 euros de operações orçamentais que têm a ver com os procedimentos dos fundos comunitários e das obras estruturais, operações não orçamentais, 473.467,11 euros. Depois de dar conhecimento da situação financeira, no período antes da ordem do dia, dar então só algumas informações e também solicitar aos Senhores Vereadores a disponibilidade de fazermos aqui uma alteração de data da reunião de abril. Começo naturalmente por saudar a Enfermeira Patrícia, pela presença hoje na reunião de Câmara. Seja bem-vinda, dizer-vos que chegou o e-mail, como foi do conhecimento generalizado da Senhora Vereadora, Doutora Sofia Relvas, dando indisponibilidade por razões do foro pessoal, que não estaria disponível durante este mês de março para estar presente nas reuniões, e portanto, a remeter para o que será o acompanhamento do elemento imediatamente a seguir as listas do Partido Socialista, portanto, foi-nos comunicado isto e imediatamente a seguir remetemos a ordem de trabalhos para a Enfermeira Patrícia, naturalmente que o procedimento foi posto em execução e assim é, e portanto, por isso, tanto nesta reunião como na próxima, pelo menos nestas duas, teremos a presença da Enfermeira Patrícia Forte. Portanto, dar-vos conhecimento disso. A outra questão tem a ver, dando já nota que a próxima reunião é em Carvalhal Redondo, é no âmbito das reuniões descentralizadas, e portanto, ou seja, a reunião de 25 de abril, março, tá, obrigado

Fernando, a reunião de 25 de março será realizada na União de Freguesias, na Junta de Freguesia de Carvalhal Redondo, peço desculpa, e portanto, dando-vos nota disso, é um procedimento habitual, portanto, nós fazemos sempre as reuniões descentralizadas, que são nas 9 Freguesias, na última reunião de cada mês. A outra questão, ia pedir aos Senhores Vereadores, se concordariam, para esta data ou para outra, fazemos uma alteração da reunião do dia 8 de abril, que é a primeira reunião de abril, para 9, que é o dia imediatamente a seguir, ou para 10, conforme for do vosso agendamento, aí nós não haverá problema, deixava-vos já o convite. Nós no que foi instituído no protocolo com o Politécnico de Viseu, há um programa que o Politécnico leva a efeito, que é o Up Territory, que tem a ver com os protocolos que são feitos com alguns dos municípios para desenvolver isso. Portanto, foram feitos até agora 3, 2, um no Politécnico em Viseu, outro em Lamego, que são as duas cidades onde o Politécnico de Viseu está. Foi feita uma no norte do distrito, que foi em Castro Daire, e a primeira do sul do distrito, o protocolo vai ser em Nelas, e é no dia 8 de abril, que é a conjugação das datas para estar presente os presidentes, os diretores, a direção vá, do Politécnico de Viseu, das escolas superiores, dos centros de investigação, e todos os elementos que estão à volta dos centros de investigação do Politécnico de Viseu. Portanto, era esta data ou depois, eventualmente, só havia para setembro ou para outubro. Eu achei melhor prender já a data, até porque temos ali questões que gostaríamos de ver começar a ser consignadas, nomeadamente questões sobre formação pós-graduada, na questão de testes que venham a ser formalizados e projetos no âmbito do ambiente, da agricultura, dos produtos endógenos, do enoturismo, da viticultura, da agricultura. Portanto, há um conjunto de projetos relevantes. Um que tem a ver com o Cardo, que é um elemento essencial, DOC que é o Serra da Estrela. Há um projeto que nós vamos fazer com o Politécnico de Viseu. Havia ali a aplicação do Cardo ao pé do Palácio do Gelo em Viseu, na Quinta Agrária. Entretanto, como sabem, aquilo teve que ser mudado por razões de o Palácio do Gelo ter ficado aquilo para estacionamento, a Visabeira, neste caso. E, portanto, nós disponibilizámos um espaço que tem a ver com o protocolo que decorre da EDM e, de acordo com os investigadores, um dos investigadores maiores, um dos nomes maiores do Cardo é o professor Paulo Barracosa, que é docente, doutorado e investigador do Centro de Investigação do Politécnico em Viseu, onde um dos estudos científicos do Centro de Investigação Internacional diz que o Cardo pode ser regenerador do próprio urânio e ser uma planta regeneradora do passivo ambiental do urânio. E, portanto, vai ser feita uma plantação num lote muito representativo junto aos valinhos do Cardo e vai ser oficializado também neste dia. Portanto, o que eu estou a dizer é que este dia, se os Senhores Vereadores não concordarem, podemos mudar, só que depois fica para setembro. Eu solicitava a vossa boa compreensão se podíamos mexer do 8 para 9 ou para 10, conforme fosse o vosso agendamento ou a vossa disponibilidade. Senhores Vereadores? Pode ser a 9, fazemos logo no dia a seguir? Dia 9, quinta-feira? Sim, muito bem. Fernando, Ana, quinta-feira? Sim, mas qualquer maneira vem o Luís Ribeiro também, não há problema, sem problema. Sim, sim. Sim, sim, está bem, sem problemas, portanto. Portanto, agradeço a vossa compreensão. Fica o convite já feito. Não invalidando que posteriormente não recebam um convite generalizado. Só vos aproveito para falar sobre o território, para dizer que o programa começa às 9h30, com receção aqui no Salão Nobre, depois há a visita a duas empresas, tem protocolos também de desenvolvimento de tecnologia na parte industrial. Desta feita, são dois que estão, um com a Purever, outra com a Movec, a Movec tem uma grande ligação ao design imobiliário com a Escola de Tecnologia de Gestão de Viseu. E a Purever também tem com o mesmo departamento e com a Escola de Tecnologia, em termos de informática e em termos de design. De qualquer maneira, é o primeiro ano. O segundo ano, a ideia é fazermos o mesmo no Parque Industrial 3, com a parte da informática e com duas empresas, depois da área de documento empresarial 3, de Ribeirinha de Canas de Senhorim. Depois, à tarde, há uma discussão sobre educação, ensino superior, investigação, com a Vice-Presidente da Educação, a CCDR agora tomou posse, tem novos órgãos, inclusive a Digeste passou para o seio da CCDR. Que era a Diretora da Digeste, agora é a Vice-Presidente da Educação da CCDR, a Dra. Cristina e com o Presidente do Politécnico, com a CIM Viseu Dão Lafões, com a CCDR, e com o que há de projetos e de investigação nesta área, aplicada à comunidade e às



Reunião de 11/03/2026

autarquias locais. Dar-vos então essa nota, fica então marcada para dia 9, aqui, no Salão Nobre, à mesma hora, às 15 horas. Está bem, Fernando? Obrigado. Depois, dizer-vos, em mais seis pontos rápidos. Comecei a falar nisso e posso continuar no que foi a apresentação, na passada quarta-feira, dia 4 de março, em Coimbra, houve duas apresentações, uma no edifício central da CCDRC, do Conselho Regional, com o Ministro da Coesão, com o Ministro da Educação, com a Ministra da Saúde, que são as pastas que passam a ser acrescentadas à CCDR, que têm duas vice-presidências, novas, para a Educação e para a Saúde, e onde outras questões foram dadas as primeiras ideias do que poderá ser o famigerado PTRR, com a possibilidade de haver migração de fundos comunitários não executados do PRR para este PTRR, ou do Orçamento de Estado e de fundos da União Europeia. Foi apresentada aquilo de uma forma muito genérica, não há dados ainda concretos e evidentes, nem de modelos de financiamento, remeteram isso para uma próxima reunião, que vai ser realizada na próxima semana, na próxima quarta-feira, precisamente de hoje a oito dias, no Palácio da Bolsa, no Porto, onde vão ser desenvolvidos estes temas também. O que vier daí, se houver algum documento formal, nós enviá-lo-emos na próxima reunião de Câmara sobre o que será o modelo do PTRR. No que concerne a outras informações, dizer-vos também que quando nós fazemos homenagens, a homenagem é feita de uma forma generalizada, a quem de alguma forma se tenha distinguido. Em sentido mais lato, toda a gente se distingue, umas pessoas têm mais ou menos relevância, mais ou menos impacto, e o autor, António Lobo Antunes, tem uma ligação umbilical a Nelas e ao Concelho, e tem ele, o maior autor contemporâneo vivo de língua portuguesa, e um dos maiores de sempre, eterno candidato ao Nobel de Literatura, e várias vezes anunciado como hipotético vencedor, que não foi o caso ainda, e eu digo ainda porque não era a primeira vez que houve autores que foram agraciados a título póstumo, não tenho conhecimento oficial de nada, mas já aconteceu, mas dizer-vos que António Lobo Antunes já tem a medalha de ouro do município, dá nome a uma rua, dá nome à Biblioteca Municipal, havia um projeto já antigo também, que nós sugerimos eventualmente a escola secundária, mas às vezes depois também temos que ter aqui um bocadinho de refreio no que é a magnitude das coisas, porque há pessoas depois também para honrar e para homenagear, e não fazer somente tudo dessa maneira. Independentemente disso, naturalmente que enviámos em nome do município um voto de pesar à família, à esposa do Dr. António Lobo Antunes e à família, dizer-vos que o António Lobo Antunes já era, antes de isto acontecer, o patrono deste ano do Elos de Leitura, do Festival Literário, e o Presidente do concurso já estava convidado, era a Cristina Lobo Antunes, a esposa do António Lobo Antunes já tinha confirmado e continua a confirmar a presença, e portanto, dar-vos nota desta questão, que é este voto de pesar que foi endossado, e naturalmente, se assim o entenderem, depois nós reforçarmos alguma coisa que possa ser feita. O voto de pesar foi enviado em nome da Câmara Municipal, no seu todo, estas coisas não escolhem data, foi o que aconteceu, fazia sentido enviar o voto de pesar, e depois eu proporia, se calhar depois no final do período antes da ordem do dia, um minuto de silêncio pela memória de António Lobo Antunes, mas deixaria isso para o final e continuaríamos, se assim o entendessem, concordassem o período antes da ordem do dia, encerraríamos isso com um minuto de silêncio à memória de António Lobo Antunes, e entraríamos no período da ordem do dia. Dizendo-vos ainda que no que concerne ao projeto que nós temos à Mesa Coração do Dão, tem cinco chefes que são os responsáveis pelas temáticas e pela conceptualização do que é este certame, nós tivemos no 27 e 28 de fevereiro e 1 de março, mais um fim de semana gastronómico da Mesa de Coração do Dão, desta vez a temática do coelho, que também tem muito a ver com a economia local, com os produtores locais, associada à restauração, à hotelaria, que muita gente pernoita, temos

aqui uma média de 1.500 clientes em todo o território que foi apurado com os restaurantes, foram 18 restaurantes envolvidos, 23 pratos diferentes confeccionados de coelho, e mais de 600 quilos de coelho que foram consumidos. Os eventos que nós temos e o reporte até das inscrições, dão-nos a presença de gente de mais disparidade, de latitude, vem gente do Porto, de Guimarães, de Lisboa, aproveitam o fim-de-semana, não ficam todos em Nelas, e a bom da verdade, se calhar aproveitam, também fazem a passagem para os eventos de gastronomia. E dizer-vos que nesta sessão da gastronomia, também ontem saiu, foi a gala do Guia Michelin de 2026, e dois chefes do Coração do Dão, naturais do nosso concelho, foram distinguidos no mais prestigiado evento internacional de que reconhece o prémio e o mérito no momento da gastronomia. Estamos a falar do Diogo Rocha, do chefe Diogo Rocha, e do chefe do Nuno Fonte. O chefe Diogo Rocha renova a Estrela Michelin, através do restaurante Mesa de Lemos, onde está, mas é para o restaurante, mas é direcionado ao chefe, portanto, ao nosso Diogo Rocha, e ao nosso Nuno Fonte, também nascido e criado em Canas de Senhorim, que é o chefe e proprietário também do De Raiz, e desta vez, também ele foi contemplado em torno das recomendações do Guia Michelin. O funcionamento do Guia Michelin, basicamente, tem a ver com as estrelas que são atribuídas, as recomendações é um caminho depois das estrelas Michelin, podem ou não concretizar-se, mas é como se fosse uma menção de honra ou de mérito para eventualmente acontecer. Na última edição tinha acontecido com o chefe Luís, que também faz parte dos chefes Coração do Dão, que tinha o Memórias em Santar, era o chefe do Memórias em Santar, e, portanto, deixar este voto em nome do município, depois fazermos chegar aos chefes Nuno Fonte e Diogo Rocha, a Câmara Municipal, se vocês pensarem de forma diferente, depois digam quando falarmos, mas a Câmara Municipal, o seu órgão colegial, tem um voto de louvor pelos prémios e extensões alcançadas, que muito engrandecem também o setor da gastronomia e dos produtos locais, em particular também na promoção do próprio território, pela excelência que reportam com um evento desta magnitude. Também neste seguimento foi levado a efeito a BTL, onde também os produtos endógenos, a promoção territorial esteve refletida, integrado no que é a promoção territorial, não só do território, mas em particular de onde nós necessáramos que é a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. Uma última nota para falar do projeto da barragem de Girabolhos e da barragem de Fagilde. A barragem de Fagilde está pedida uma audiência, à Ministra do Ambiente, para se ficar definido o que é que é o financiamento. Há financiamento atribuído à parte para o que é barragem, está assegurado um financiamento, através da APA de 15 milhões de euros para a barragem, mas a barragem custa 30 milhões, e os outros 15 milhões era através do programa operacional, mas ainda não há nada de concreto até agora, mas depois falta a outra parte também, que é da ETA. E a ETA é um bocadinho até superior à própria barragem, portanto estamos a falar de um investimento global de 65 milhões de euros, e convém saber quem é que faz a parte boa da questão que é o financiamento. Portanto, este está em desenvolvimento, não está nada marcado, quando estiver marcado e quando for feito, e se a reunião for feita só com Presidentes de Câmara, uma coisa, se houver uma maior representatividade, se assim o entenderem, os representantes das candidaturas que apresentaram o sufrágio, teremos todo o gosto, naturalmente, em convidá-los e também estarem presentes. Sobre a reunião do projeto da barragem de Girabolhos, há uma reunião amanhã em videoconferência com a APA, com os cinco municípios que de alguma forma estejam ligados com a barragem de Girabolhos, e incluíram Fornos de Algodres, além de Gouveia e Seia, nós e Mangualde. Não há, a única coisa que nós temos da barragem de Girabolhos, foi aquilo que nós falámos na última reunião, é para funcionar com o regime do Alqueva, outro projeto que havia baseado na produção hídrica ou energética, e havia ali uma hipótese também de ser salvaguardada para a questão do consumo humano, não ficou completamente claro, mas como aquilo acabou por cair, o novo projeto é o projeto global, como eles chamam, algo que nos une, que funciona como Alqueva, que funciona para hidroelétrica na mesma, abastecimento humano, proteção civil e regadio para questões agrícolas. Falta ver aqui na nossa ascensão, não é para decidirmos nada, nós só vamos ouvir, e portanto, sobre o que foi, fica até o agendamento para informação sobre esta reunião para a próxima reunião de câmara, Doutora Ana pode ser? Sobre a reunião sobre os projetos de



Reunião de 11/03/2026

barragem de Girabolhos, transmitir o que foi a informação. Sendo certo que também tem conhecimento disso, alegadamente vai arrancar ainda agora, durante o mês de março, não sei bem quando, como, mas, a questão do projeto de barragem de Girabolhos. Provavelmente vão-nos falar do financiamento, e como é que vai funcionar a barragem, nós não temos conhecimento nenhum do projeto, a única coisa que sabemos, é que é alargado o âmbito da barragem, deixa de ser só hidro energética, e passa para abastecimento humano, para o regadio, em termos agrícolas e para proteção civil, para reabastecimento, digamos assim, e de resto, não temos mais informação nenhuma sobre esta questão, esperemos que nos deem mais alguma informação adicional, e nós, naturalmente, que vamos pedir que seja feito um outro tipo de reunião, esta é para agilizar, mas convém depois ser outra para formalizar, até em particular, com o projeto, porque pronunciar-me sobre uma coisa, que é um processo de intenção, mas não sabemos ao certo o que é, como é que é feito o financiamento, acho que não há ninguém que seja, em princípio, contra a construção da barragem de Girabolhos. Falta haver aqui, também na minha ótica, e com isto encerro a minha intervenção, o impacto que também possa ter no microclima da própria região também, que tem produtos endógenos grandes, e isso também nós pedimos à APA para ver isso, que não estava lá e disseram que iam incluir isso. Não é que invalida alguma coisa, mas também para termos a noção do que possa ter. Em termos de abastecimento de água, se se avançar com Girabolhos e com Fagilde Nelas ganha o município duas redundâncias enormes no abastecimento de água. Portanto, não há fome que não dê em fatura, de repente não temos barragem nenhuma, e agora temos duas em cima da mesa, e vamos ver como é que se vão concretizar, porque independentemente de eu acreditar no que o Ministro da Coesão diz, nós de facto já andamos há muitos anos a falar da barragem de Fagilde, e ela tarda em ser o papel, a barragem de Girabolhos já era para ser, depois é que era mesmo, e depois não foi, portanto, nesta altura, é mesmo como São Tomé é ver para querer. Portanto, Senhores Vereadores, obrigada pela vossa atenção, eu passava a palavra, e fazíamos depois o período do minuto de silêncio pela memória de António Lobo Antunes. Senhores Vereadores, alguém se quer inscrever. Senhora Enfermeira Patrícia, primeiras as Senhoras, e agora com o seu batismo, faça favor. -----

---- A Senhora Vereadora Enf.^a Patrícia Forte: -----
 ---- - Boa tarde a todos, Sr. Presidente da Câmara de Nelas, Srs. Vereadores, estimado público, colaboradores da autarquia, agradeço a confiança que me foi dada pela Dra. Sofia Relvas, por me ter escolhido para a sua equipa, e agora estar aqui, durante a sua breve ausência, esperando cumprir as minhas responsabilidades, perante os cidadãos do Concelho, que é para quem trabalhamos diariamente. Eu sou profissional de saúde, na área de reabilitação, e quando me convidaram para esta equipa, sabiam desde o primeiro minuto, que é a área da qualidade de vida de todos, o ponto principal da minha intervenção profissional, e também o será nestas reuniões. O desejo mais frequente que ouço de alguém, que se encontra numa condição de perda de mobilidade, é, quero voltar a fazer a minha vida, quero voltar a sair de casa. Quando é possível, é sem dúvida, a sua maior motivação. Eu nasci no ano da liberdade, e tenho muito respeito por esse direito fundamental, e tenho muito orgulho de ter nascido num país dos primeiros a abolir a pena de morte e a prisão perpétua. À medida que a idade avança, e avança para todos, e perante alguns eventos naturais ocidentais, vamos necessitando de apoio e de suporte para manter a nossa autonomia. Vamos tendo mais dificuldade nas nossas deslocações, em pequenos trajetos, que fazíamos sem dificuldade até então. É normal e faz parte da vida. O que não é normal é condenar um cidadão a uma pena de prisão domiciliária, porque passou a necessitar de um andador, de umas canadianas ou de uma cadeira de rodas. Falo-vos, como já entenderam, de acessibilidades. Como se costuma

dizer, Portugal não é só Lisboa, e eu também lembro que o Concelho de Nelas é mais do que o centro de Nelas. A calçada romana é muito bonita, mas necessitamos de trajetos acessíveis e seguros para todos. Temos rampas de acesso a passeadeiras que terminam do outro lado da estrada, em degraus. Temos localidades com passeios que têm mais ondulação que um mar em dia de tempestade. Temos nas ruas das nossas aldeias, vazias de gente. Mas garanto-vos que, por trás de muitas portas fechadas, estão pessoas que não conseguem sair de casa. A possibilidade de frequentar os centros de dia só existe para alguns, porque nem todas as IPSS têm carrinhas adaptadas para o transporte de utentes em cadeira de rodas. Utentes a necessitar de apoio domiciliário esperam porque as suas aldeias ficam deslocadas do centro de Nelas ou de Canas de Senhorim. Sr. Presidente da Câmara, esta casa, a Câmara Municipal de Nelas, é a casa de todos os munícipes e não apenas dos que conseguem subir a escadaria. O que lhes peço a todos, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, não é para já grandes projetos financiados, o que lhes peço é empatia para com cada situação que vos chega, a qualquer um de nós, de alguém que quer sair de casa e não consegue. Porque na nossa ação, se demonstrarmos com o nosso exemplo essa sensibilidade, talvez consigamos contagiar o nosso tecido empresarial e de apoio social. Porque no fim da nossa história de vida, o andarilho, as canadianas ou a cadeira de rodas está lá à espera de cada um de nós. Tenho a certeza que terá o apoio desta oposição em todos os projetos e obras que possam melhorar a qualidade de vida de todos. Obrigada. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Muito bem, obrigada Sra. Vereadora. Sr. Vereador Diogo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo: -----

---- - Eu começo por cumprimentar o Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras., Vereadoras e Srs. Vereadores, estimado público e colaboradores da autarquia. Eu tenho apenas aqui três notas. Uma primeira vem no seguimento daquilo que solicitámos há cerca de um mês atrás, que foi a disponibilização da conta corrente discriminada com os valores atribuídos a título de subsídio às associações do Concelho, bem como às IPSS, referentes ao ano 2025. E até à data ainda nos foi facultada qualquer informação relativamente a este pedido. Tendo em conta a importância desta informação para o acompanhamento e fiscalização da atividade municipal, agradecemos que a mesma possa ser disponibilizada com a maior brevidade possível. A segunda... O segundo apontamento que eu aqui tenho também está relacionado com aquela proposta que nós chegámos a trazer para a deliberação, depois passámos para a proposta de recomendação na área da proteção civil. Acaba por fazer hoje precisamente um mês, foi na reunião de 11 de fevereiro, e era para questionar o Sr. Presidente se existe algum desenvolvimento relativamente a esta matéria e qual é que é neste momento o ponto de situação, quanto à análise e eventual implementação das medidas que foram então sugeridas. Até porque estamos em março, é o mês da proteção civil, temos assistido aqui a um conjunto de iniciativas nos Concelhos vizinhos, mas não só, desde apoio à aquisição de equipamentos de proteção individual, realização de ações de planeamento e mesmo participação ativa em eventos através da instalação de postos de comando operacionais, que estiveram certamente em alguns eventos, relacionados agora com o queijo e a proteção civil estava presente com estes PCO, assim como workshops, realização de exercícios, que podem assumir vários formatos, desde o TTX, que é o Table Top Exercise, exercícios de decisão, passando aos exercícios ao vivo, o formato de live exercise, que nós vulgarmente chamamos de simulacros, e era para tentar perceber o que é que, aqui no Concelho, estamos a fazer, ou a pensar fazer, nesta matéria. Depois, aqui é o terceiro apontamento, está relacionado com um e-mail que eu tive a oportunidade de enviar ao Sr. Presidente, com o conhecimento do Sr. Vice-Presidente, já esta semana, foi uma situação que me foi reportada por um amigo, foi dar-me um passeio de bicicleta, e passou por ali, e, entretanto, enviou-me o vídeo que eu anexe ao e-mail. Trata-se de uma situação de deposição ilegal de resíduos, junto a um caminho rural entre Urgeiriça e Carvalhal Redondo, e era para tentar perceber, solicitar até um breve esclarecimento ou ponto de situação relativamente a este problema, até porque eu acredito que seja um problema que já esteja identificado há algum tempo pelos serviços municipais. Ainda assim, era importante



Reunião de 11/03/2026

perceber que tipo de diligências já foram eventualmente realizadas, ou se está prevista alguma intervenção, para a realização desta situação. Para já é isto. Obrigado. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Muito bem, Sr. Vereador Manuel Marques. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Boa tarde a todos. Sr. Presidente, há aqui três ou quatro notas que quero apresentar. Uma delas, também importante para mim, é a página do município de Nelas, vulgo Facebook. Eu, de facto, sempre pensei que o Facebook da Câmara de Nelas era uma página com alguma responsabilidade, com alguma credibilidade e com alguma decência. Não. Mais uma vez me enganei. De facto, a Sra. Muniçipe Mafalda escreveu, de facto, um termo que não é agradável, onde diz a manjedoura. Mas, a Sra. Muniçipe Mafalda Lopes, quando diz partilham a manjedoura, fez uma identificação clara, inequívoca, que era ela que estava a escrever este artigo. Qualquer pessoa que se sinta ferida na sua honra, na sua consideração e na sua dignidade, cabe sempre o respeito, cabe sempre o direito, peço desculpa, de intentarmos uma ação, como fiz a duas pessoas já, uma delas ao Presidente da Comissão Política do PSD, por ter permitido de me terem chamado corrupto, numa página do PSD, eu mandei-lhe uma mensagem a dizer faz favor, apague o comentário, sob pena de processá-lo criminalmente, porque tão ladrão é o que vai à vinha como é que fica à porta. O Sr. Presidente da Comissão Política, não, retirou o comentário, tirei cópia, juntei cópia da mensagem e do email que mandei ao Sr. Presidente da Comissão Política do PSD, participei do autor e participei como coautor do Sr. Presidente da Comissão Política do PSD. De facto, a Sra. Ex-Vereadora Mafalda Lopes, um texto claro, intuitivo, extremamente perceptível de toda a população, o acompanhamento visual então é cabalmente esclarecedor, estamos entendidos, vale-lhes a sacrossanta paciência a uns e a conivência de quem partilha a manjedoura. De facto, o termo não é muito correto para se escrever na página de um município, mas tem aqui uma atenuante no seu escrito, por ela própria se identificar, identificou-se. Lamentavelmente é, a quando aparece aqui um Sr. Alberto Teto, afeta ao PSD, posso dizê-lo, porque ele ataca o Partido Socialista, ataca o CDS, ataca a CDU, por exclusão de partes, esse Sr. Alberto Teto é indesmentível, afeto ao PSD. E lamento que o Sr. Presidente da Câmara... -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Há mais partidos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não, ó Sr. Presidente, vossa Excelência sabe a que é que eu me estou a referir... Eu, se calhar, até já sei quem é o articulista. Quem é o cobarde, o cobarde que se esconde atrás de um teclado do computador... -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Há muitos, há muitos cobardes. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Olhe, eu nunca o fui, posso-lhe dizer que nunca o fui. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Não, eu não disse isso, eu disse que há muitos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Um cobarde que defende a linha e o seguimento do PSD. Mas lamento mais ainda, é que o Sr. Presidente da Câmara não tivesse eliminado este documentário, que não é de uma página qualquer, é de uma página do Município, que tem trabalhadores a trabalhar para esta página pagos com os nossos impostos. E o Sr. Presidente da Câmara não elimina isto. Isto é que é de facto lamentável que eu não posso conceder que isto na Câmara do órgão que eu faço parte,

ainda hoje, nos dias de hoje, isto possa constar. É lamentável. Sr. Presidente da Câmara, faça-lhe aqui uma recomendação e que consta em ata. Agradecia-lhe que textos destes, escritos pelos cobardes que atiram a pedra com a mão escondida atrás do arbusto, não tenham qualquer possibilidade de o fazer numa página que é paga por todos nós. Este texto do Alberto Teto é de facto de uma censura absoluta e que V. Ex. deixa manter e continuar. Lamento. Porque isto não é a página do Quim Amaral, não é a página do Manuel Marques, não é a página de quem quer que seja. É a página do Município que deve ter algum respeito, alguma dignidade e que V. Ex. deixou passar em claro. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Eu tenho que andar a apagar comentários? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Claro, diga ao funcionário quando forem comentários não identificáveis que este não é identificável, o mande apagar. Outra questão que V. Ex. eu admito que queira fazer a sua política, mas a política faz-se também com verdade. Eu fiquei surpreendido, Sr. Presidente da Câmara, quando vi, mais uma vez, na página do Município que V. Ex., eventualmente, é quem dirige este Facebook, esta página do Município, diga assim, Município de Nelas, aos seis dias. Educação. Município de Nelas. Atribui pela primeira vez bolsa-estudo a jovens alunos do ensino superior. Rotunda mentira. Espere aí que eu já lhe vou entregar a cópia da ata, a cópia da ata em que demonstra que não foi V. Ex. que pela primeira vez atribuiu bolsa-estudo. Eu vou-lhe ler porque isto é público, até vou-lhe ler quem foi. Ata do dia 14 de março de 1985. Atribuição de bolsa-estudo. A Câmara, depois de analisar os documentos juntos aos requerimentos apresentados por António José Fonseca Cunha, José Manuel Borges da Silva e José Paulo Ribeiro Albuquerque, deliberou atribuir no corrente ano letivo as duas bolsas-estudo, criadas aos candidatos e diz outra vez o nome, no ensino superior. Sr. Presidente da Câmara, V. Ex. mentiu. Mentiu às populações, quando diz que foi V. Ex. que foi o seu executivo que atribuiu pela primeira vez. V. Ex. podia ter dito, a Câmara Municipal atribuiu bolsa-estudo. Ótimo. Atribuiu pela primeira vez. Eu entendo que a longevidade de isto que V. Ex. quer dizer. Foi o pioneiro, não foi. Façam favor tem cópia das atas. Este documento fica anexo à ata, agradecia. Outra questão, outra questão. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Se fosse o dono da verdade, mas, não é? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Lá está V. Exa. com o seu remoque. Eu não sou o dono da verdade e Vossa Excelência também não o é. Quer que eu fale alto? Eu falo alto. É isto que quer, que eu fale alto? Quer me picar para eu falar alto? É verdade ou é mentira que não foi a primeira vez? Desculpe, diga lá. De uma forma, sim, de uma forma objetiva. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Eu vou-lhe ler o que você acabou de ler. Após documentos apresentados. O eminente jurista e Vereador que já tem anos desta casa, há muitos e muitos anos, sabe uma diferença do que é um pedido do que é um... -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Oh, oh, oh, lá está Vossa Excelência a divagar mais uma vez. Não, porque está a divagar. Foi a primeira vez que atribuiu bolsa-estudo. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - É a primeira vez que é apresentado um programa e atribui bolsa de estudo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não, não é isso. Oh, Sr. Presidente, desculpe. Desculpe, não é isto que diz. Não é isto que diz o título. Ouça, pode falar para quem quiser, mas eu ainda sei interpretar. Eu ainda sei interpretar, mas deixe-me só ler. Deixe-me só ler. O Município de Nelas atribuiu ou não, vai.... É o título. Vossa Excelência, a maior parte das pessoas nem leem os textos, leem os títulos. Sabe bem disso. Eu os seus artigos não leio, porque são tão maçadores que nem os leio. Mas digo-lhe, só digo assim. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Os meus são curtos, mas são maçadores na mesma. -----



Reunião de 11/03/2026

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - O Município, pois é, porque dizem as verdades. Olhe, quando descobriam que o Sr. pagava 7.500 euros de horas extraordinárias a uma funcionária, quando descobriam... O Sr. não gosta de ouvir isso. Quando estive aqui cinco meses sem compor a lavandaria do Sport Lisboa e Nelas, disse que tinha um projeto de 20 mil euros para ajustar o arrombamento, para compor o arrombamento. Está a começar agora, não sei se o Sr. ajustou. Isso dói-lhe, compreendo. O Sr. passou aqui quatro anos... ouça o Sr. passou aqui quatro anos a seu belo prazer sem lhe fazerem oposição. Mas agora eu fui eleito para lhe fazer oposição. Já que o povo não quis que eu ganhasse as eleições. Como diz? -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - O Sr. é o Rei da oposição? -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Não sou o rei, o Sr. é que é o Rei da Presidência. -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Está a passar um atestado de nulidade aos Vereadores que estiveram cá do Partido Socialista? -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Mas eu assistia a reuniões, Sr. Presidente da Câmara. Ou seja, você fazia o que queria. Comigo não vai fazer. Olhe, vou outra vez ler o texto. Educação barra município de Nelas atribui, não atribui, não vai atribuir nem vai fazer um programa. Não é isso que diz. Atribui, pela primeira vez, bolsas de estudo a jovens alunos do Centro de Programas. É isso que diz aqui. Só posso mentir e dizer que não foi o Sr. Presidente da Câmara que atribuiu pela primeira vez bolsas de estudo. Não vale a pena estar com a mesa longa, não vale a pena estar com comentários, estar com aquelas pessoas floreadas, para ir daqui. Você faz-me lembrar um engenheiro meu. Para ir daqui a Viseu, vai primeiro a Oliveira, depois dá-se a Covilhã. Foi a mesma coisa que o Sr. fez quando um cidadão do Concelho lhe perguntou porque é que está no sangue, foi dado, no meio das ambulâncias, nos bombeiros. E o Sr. respondeu, pois nós demos um subsídio, pagámos o almoço. Não é isso que se queria saber. Não é isso que se quer saber. -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Foi o mesmo Concelho que se levantou e foi embora em vez de ouvir a resposta. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Não ouvi a resposta. A sua resposta é tão dilatória que nem merece ser ouvida. Tem aí para ver que não foi a primeira vez que o Doutor José Vaz a traduziu. -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Foi eu vou-lhe explicar outra vez. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Não, pego para onde eu quero. Não é para onde o Sr. quer. Não é o Sr. que vai dizer que vai editar as minhas intervenções. Longe daí. Nem pense nisso. Não é o Sr. que vai editar as minhas intervenções. Outra questão que sou partido e os seus correligionários... Eu fui ver que o correligionário quer dizer... Quer que leia o que quer dizer o correligionário. Adepto. --
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Você quer que eu lhe fale de um projeto do que é mentira ou mentiroso. Quer falar comigo sobre isso? -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Mas os seus correligionários... Os seus correligionários puseram um comunicado na rua, até parece que sou uma pessoa tão importante que até deram conta que eu não me sentei à mesa onde estava a composição. Não vou sentar, Sr. Presidente da Câmara. Nunca mais. Nunca mais pense que eu me vou sentar na mesa da Assembleia Geral, onde está uma pessoa que perseguiu industriais, perseguiu o Presidente da Câmara. Não me sento lá. Então digo aos seus correligionários que não se preocupem com isso. Eu faço o que quiser. Faço o que eu quiser. Não, mas olhe eventualmente poderá fazer os comunicados. Eventualmente repito-lhe. Pode ficar em ata. Eventualmente participará na execução dos comunicados. Tenha testemunhas se quiser. Eu repito-lhe outra vez. Eventualmente ouça, leve isso à milésima. Eventualmente participará na feitura da execução dos comunicados. Depois, Sr. Presidente da Câmara, Vossa Excelência disse aqui uma coisa, aliás, a página do Facebook da Câmara não serve mais do que para fazer campanha eleitoral do Presidente da Câmara. Não serve mais para isso. O dia da freguesia de Senhorim. Isto, no dia 8 de janeiro, quando isto foi publicado, eu queria-lhe perguntar, Sr. Presidente da Câmara, se tem aí um estudo técnico com soluções adequadas sobre a ETAR dos moinhos, que disse que ia começar logo na segunda ou terceira semana. Como é que está? Como é que não está? Se há estudo técnico, se vai começar ou não a concessão da fossa dos moinhos? Sim, da ETAR. A fossa já lá está. E como é que está também a candidatura do Jardim de Infância de Senhorim? Porque isto tornou-se público, e já agora também, porque também diz aqui que vai construir o lar, o centro de dia. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Eu não disse isso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - O Centro de Dia. Eu queria-lhe perguntar como é que está isto tudo, porque é uma informação importante para as pessoas de Senhorim. Os moinhos serão asseguradas intervenções imediatas de manutenção das infraestruturas. Não vejo lá nada. Mas começaram a fossa, como disseram. Começaram a ETAR, como disseram. Mas começaram a ETAR, como disseram. Está aqui, eu não invento nada. -----

---- O Senhor Vice-Presidente, Nuno Pereira: -----

---- - Se calhar começamos e você não sabe. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Aí começaram. Então já lá vou tirar umas fotografias para a próxima reunião. Já lá passo. Já lá passo então. Sim, já lá passo. Quando for daqui para lá. Sr. Presidente da Câmara, queria também em modo de requerimento, e aqui penso que não é necessário fazê-lo, transformá-lo em escrito, que era que a Câmara Municipal verificasse, porque recebi várias mensagens de vários colaboradores da autarquia, a dizer que não lhe pagam horas extraordinárias desde 2024. Como é que está? Não lhe paga a um, só a um. Como compreenderá, não vou ler os nomes, porque Vossa Excelência certamente que os perseguiria. Boa tarde, caro amigo. Já desde 2024 sem receber horas. Além das 275 horas atrasadas, que me devem? Gostava de saber... -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Já não é a primeira vez que lê uma coisa que depois não bate a bota com a perdigota. ----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Está aqui escrito, não fui eu que escrevi. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Eu também posso dizer muita coisa. Eu também posso dizer muita coisa, que você disse que disse e não saímos daqui. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Mas são funcionários seus. Em princípio, quando toma posse, deve ter alguma hombridade, deve ter algum respeito. Gostava de saber se de facto têm ou não as horas em dia dos trabalhadores. Outra pergunta que eu lhe queria fazer é também a título de requerimento, era a título de informação e fiscalização era a conta corrente à EDP com faturas conferidas e por conferir. Certamente na conta corrente estão as conferidas. Estão na conta corrente, sim. Então pedia era a faturação da EDP e as contas correntes, as faturas que ainda não estão lançadas na conta corrente, a chamada em conferência. Pedia esse favor. -----



Reunião de 11/03/2026

---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - As que estão em conferência, não estão ainda validadas, Sr. Vereador. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Mas devolveram-nas nos 5 dias que a lei permite? Devolveram-nas? -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Depende da data que entraram nos dados. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Nos termos do IRC e nos termos do IVA, Vossa Excelência, quando recebe uma fatura, para não a reconhecer, tem que a devolver no prazo imediato de 5 dias. A pergunta que eu faço é esta. Quero que me faculte a faturação da EDP com as faturas em conferência. Não são as conferidas. As conferidas já constam, certamente, na conta corrente. Depois também do Planalto do Beirão. E depois também, como já tinha aqui referido anteriormente, das horas extraordinárias. E para já era tudo. -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Você disse que queria meter isso por escrito, mete isso por escrito? -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Não, não, não é preciso. Faço oralmente. -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Está. Pronto. Muito bem. Sr. Vereador, Sr. Vice-Presidente, Nuno Pereira. Também, sim, esteja à vontade. -----
 ---- O Senhor Vice-Presidente, Nuno Pereira: -----
 ---- - Então, muito boa tarde a todos e a todas. Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, cumprimento especial à Enfermeira Patrícia, que não lhe vou dizer que seja a primeira vez de muitas, porque será mau sinal, mas é sempre bem-vinda a estas leads. Aos funcionários do município, estimado público, para já começar por me penitenciar por não lhe ter trazido aquilo que me comprometi. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Sr. Presidente, desculpe lá, também quero agradecer as informações que me deram. Esqueci-me de dizer isso. -----
 ---- O Senhor Vice-Presidente, Nuno Pereira: -----
 ---- - Afinal, eu esqueci-me, mas alguém lhe deu algumas. Já não é mau. Já não é mau. Depois, queria realçar o nono-trail da Dão Nelas, que tem sido um sucesso, com mais de 300 pessoas inscritas, um evento em que o município participou em termos de logísticas e financeiro, dar uma palavra a toda a organização, na pessoa do Sr. Presidente, do Sr. João Rijo, que está muito bem acompanhado, porque fizeram um trabalho excelente. Depois, aqui já há poucas palavras para descrever o Cristiano Pereira. Volta a ser medalhado com uma medalha de prata no Mundial de Virtus. Neste seguimento, dá também os parabéns aos sub-15 do ABC de Nelas pela conquista do Campeonato Distrital. Também aqui em relação ainda a desporto, isto tudo que é um bocadinho da minha pasta, posso dizer assim? Sobre voltar aqui a referir outra vez o Estádio Municipal e que o Sr. Dr. Manuel Marques falou há bocadinho da intervenção, queria realçar também que se calhar já esta intervenção feita do relvado, Municipal Nº 1, está a dar frutos e bons frutos, essa intervenção. Iremos seguir o tratamento alargando-o também para o complexo desportivo de Canas de Senhorim. Depois, dar nota também que começou a 4ª fase da obra das 4 esquinas em Canas de Senhorim, estão a correr como previsto, com os seus constrangimentos como é normal, mas com a certeza que no final

todos os comerciantes, toda a população ficará a ganhar com ela. Ontem estive no local mais o Sr. Presidente, onde, falámos durante vários minutos, para não dizer mais, com os comerciantes afetos àquela zona, onde respondemos a todas as perguntas que nos foram feitas e esclarecemos algumas dúvidas que eles iriam ter, que eles tinham, e tenho a certeza de que toda a gente, mesmo aqueles que estavam com algum receio, com dúvidas, conseguiram perceber que é uma obra essencial, não só uma obra para o município, não só para a junta de freguesia, mas é uma obra essencial para a freguesia e para os seus comerciantes. Todos estarão a ganhar ao fim daquela obra feita. Depois, e para acabar, só dar nota aqui de que no dia 22 de março, que é o Dia Mundial da Água, iremos ter uma atividade dos nossos alunos da Escola de Natação nas piscinas municipais. Penso que da minha parte está tudo para já, se tiver que responder depois alguma pergunta. -----

---- O Senhor Presidente: -----
---- - Obrigado, Sr. Vice-Presidente, obrigado Srs. Vereadores, tentando ir respondendo às questões que foram colocadas, no que concerne à intervenção da Sra. Vereadora Patrícia Forte, falar-lhe na questão das acessibilidades, que é uma questão que eu acho que toda a gente está sensibilizada para a questão. É claro que esta questão coloca-se mais agora, infelizmente, devia ter sido já há muitos anos isso, mas de facto tornou-se mais na ordem do dia agora. Tanto assim é, que todos os projetos que existem agora obrigam mesmo à questão da acessibilidade. Portanto, quer isto dizer que mesmo projetos que nós requalifiquemos, já somos nós que, embora não havendo completamente essa obrigatoriedade, é nos novos, não nos requalificados, já colocamos a parte das acessibilidades, tanto aos edificadas, como a questão dos próprios sanitários também, dessas valências públicas. Mas, naturalmente, há um longo caminho a percorrer. Eu acho que estamos já no caminho correto, vai ter que ser paulatinamente corrigido o que estava para trás e que não é responsabilidade de ninguém. Na altura, não havia essa obrigatoriedade, não havia essa sensibilidade tão presente e eu acho que hoje em dia isso decorre do que é lei e decorre também de todos os autarcas que estejam a exercer funções de momento e perfeitamente sensibilizados para isso. Não há nenhuma infraestrutura que atualmente não seja feita ou de apoio, como sanitários ou de edificado, que não contemple a questão das acessibilidades. No que concerne ao que disse o Sr. Vereador Diogo, a conta corrente das associações está para apurar e eu pensei que já estava entregue também de que nós tínhamos de entregar um pedido do Sr. Vereador Manuel Marques. Eu tenho aqui a nota Sra. Dra. Ana Santos, se não se importar, está bem, de anotar esta questão para trazermos para a próxima reunião de Câmara. No que concerne à proposta de recomendação, é uma proposta de recomendação, não pode ter também os resultados visíveis, o Sr. Vereador falou, foi à duas reuniões, passou um mês, é verdade, é verdade que a Proteção Civil está aí, nós também sabemos isso, mas há coisas que têm que ser consertadas no sítio próprio. Dizer-lhe, por exemplo, que independentemente disso, no próximo dia 21 de março, no âmbito do que é o dia da Proteção Civil e do território e da comemoração do dia da árvore, vai ser feito um périplo pelo Concelho todo, por todas as freguesias, com os agentes da Proteção Civil, seja os Bombeiros Voluntários, seja as Forças de Segurança, seja a Proteção Civil Municipal, seja os Presidentes da Junta e a alargada, no sentido do que são os caminhos rurais e florestais, nomeadamente no que é a sua reparação, a sua manutenção, a possibilidade de se abrir novos caminhos florestais sinalizados, mas em particular tornar os caminhos florestais e rurais de forma a que possam ser transitáveis não só com os problemas que havia, os constrangimentos acrescidos com as tempestades que também ajudaram a tornar a situação mais complexa. Mas isto está feito para haver intervenção, vai ser feita neste mês também reunião com as juntas de freguesia, a pedido também daquilo que nós fomos falando na reunião de Câmara, mas também agilizando, não só nas questões de proteção, mas com o programa. Vai ser apresentado um programa, que não é final, mas é um esboço, e depois será também fechado numa primeira instância com a Proteção Civil e depois com os próprios com as juntas de freguesia. Tudo isto durante este mês para ser implementado ao mesmo tempo que está a ser agilizado os mecanismos com o mapa de intervenção nos meses de abril, maio e junho com a maquinaria que entretanto, já falámos aqui, foi candidatada uma candidatura para essa redundância e foi aprovada, e, portanto, nós temos tudo o que é



Reunião de 11/03/2026

maquinaria que nós tínhamos, já está devidamente reparada e pronta a entrar em execução no início, no final deste mês e início do próximo mês. Sobre a deposição ilegal de resíduos é uma questão que eu depois até remeto para a Senhora Vereadora Elsa Loureiro, porque é ela que acompanha isso, mas dar-vos nota só de uma coisa também. Infelizmente também está reportado também está a ser acompanhado isso, naturalmente, portanto é bom que esses inputs sejam, infelizmente, nós tivemos há dois anos um programa que foi instituído de vigilância de locais através de câmaras monitorizadas para eventualmente identificar. Eram feitas pelas forças de segurança e, portanto, tinham validade. Se nós as colocássemos lá sem estarem validadas não serviria a imagem para nada. Mas era através de um protocolo de serviços com as forças de segurança, não foi só o nosso município foi de uma forma geral e era mais até na prevenção do que eram os fogos florestais, mas ficava para tudo inclusiva para a deposição ilegal de resíduos porque é lata. A deposição ilegal de resíduos pode ser, por exemplo, questões que nós temos numa área de acolhimento empresarial onde temos lá óleos mecânicos que têm um passivo ambiental terrível que está a coartar bastante uma expansão numa área de acolhimento empresarial, ou plásticos, toneladas de plásticos, enterrados também, o que não está à vista das pessoas passa mais despercebido, mas o problema é que as coisas um dia mais cedo ou mais tarde vêm à tona. A outra questão é desde óleos, desde soberanos de construção civil e é impossível nós termos vigilância em todos, até porque esse projeto não foi continuado. E por mais atenção que nós coloquemos nisso é impossível controlar o território todo, até porque as pessoas nunca põem só no mesmo local as coisas. Vão saltando, vamos acompanhando e é humanamente impossível. Agora há projetos que vão ser desenvolvidos e questões de acompanhamento, já peço à Senhora Vice-Presidente para falar sobre essa questão, mas deixar essa nota. Infelizmente nós temos um sítio próprio num município onde poderiam ser depositados muitos do que são a parte de resíduos também. Há outra parte, já é parte integrante do projeto Planalto Beirão e a Senhora Vereadora também já vai falar nisso, mas eu estou a falar no conceito de resíduos já num conceito mais abrangente e mais geral. No que concerne... -----

---- O Senhor Vice-Presidente, Nuno Pereira: -----

---- - Não lhe querendo roubar a palavra e peço desculpa eu acompanhei a Engenheira Inês ao local, a esse local até antes deste e-mail e já foi feita uma limpeza. Isto já foi posterior à limpeza que o município fez. Pagou-se para fazer uma limpeza. E depois disso já está neste e-mail. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - E pode continuar, infelizmente. No que concerne ao Sr. Vereador Manuel Marques dizer-lhe uma coisa sobre a questão do Facebook da Câmara. Do Facebook da Câmara. O Facebook da Câmara como é óbvio em última instância, eu já o assumi houve uma altura qualquer com um problema qualquer no Facebook, não é o Presidente da Câmara que vai lá apagar comentários ou validar comentários. Os comentários são livres. Agora, é responsável pela página, pelo bem e pelo mal que esteja lá. Fora de questão. À exceção do que é a gestão da página. A gestão da página nós estamos a falar de coisas distintas. E estamos a falar de proteção de dados e de funcionamento de redes sociais. As redes sociais, por exemplo, se forem censuradas, ou seja, um comentário desagradável isto pode ser comentários ofensivos pode ser perfis falsos pode ser isso tudo. Em última instância podia ser entendido o comentário da muncípe referenciada como ofensivo e ser apagado. E fazia sentido porque é ofensivo. Na terminologia que é lá colocada. Não é no teor do meio no seu todo. Agora há terminologia que não se utiliza para ninguém. Como é óbvio acho que é um bocadinho de bom senso. Ainda por cima com responsabilidades políticas. Mas a questão que está aqui é se

nós eliminássemos esse comentário não apareceria outro. Só que se fizéssemos a eliminação desse comentário o que eu estaria a ser acusado era do lápis azul. E, portanto, das duas uma, o Facebook só tem dois critérios um é com comentários fechados o que para mim no município o meu pessoal ou nós cada um, as regras somos nós que as pomos lá. Nós podemos **pôr posts** e sem comentários, o posts não tem comentários ou então nós os comentários validamos primeiros antes de serem publicados um posts nas redes sociais nos dias em que vivemos é assim, há vários posts, podia até falar de outros já não é a primeira vez pode passar lá, vejo bem que o Sr. Vereador está atento ao Facebook do Município, há de reparar lá as vezes onde a referência ao Presidente da Câmara ou à Câmara manjedoura é pouca coisa, há lá bem pior e nunca foi censurado portanto eu podia invocar uma regra de que as ofensas os comentários ofensivos pudessem ser retirados e desde que tivesse tipificado no moral a dizer, todos os comentários ofensivos e anónimos serão retirados estava feito, mas ao fazer isso o comentário ofensivo também tem uma margem muito ténue o que para mim é ofensivo para quem o prefere pode não ser ofensivo e dava-me uma arbitrariedade grande a democracia independentemente das coisas tem coisas positivas e negativas a minha aceção vamos fazer que seja correto a não ser que seja de uma gravidade atroz eu não censuro comentários muitos que se vão lá ver, toda a gente sabe os comentários quando há uma rutura, quando há a questão das estradas, há adjetivação para com o Presidente da Câmara pelos Vereadores e pelo executivo, isto é fichinha e nunca foi nenhum comentário apagado e muitos são extraordinariamente ofensivos portanto aqui prima a democracia eu concordo, eu gosto pouco de e já passo para outro tema também as pessoas têm que assumir as suas opiniões gosta-se, gosta-se, não gosta-se, não gosta-se agora eu não respondo por perfis falsos não é um ato de contrição, não tenho necessidade de o reafirmar ou de acreditar ou não, não tenho, não é coisa que me assista tenho as minhas opiniões tenho a página própria uns concordam, outros não concordam é democracia a funcionar. No que concerne à bolsa de estudo, deixar só uma nota simples, a bolsa de estudo enquanto programa de bolsa de estudos não existia. Uma bolsa de estudos, um programa de bolsa de estudos tem critérios, tem regulamento tem período de candidatura e se foram entregues após documentos apresentados tem regulamento tem candidatura tem objetivos claros passa pela constituição de um júri e é isso que efetiva o que é com o regulamento aprovado o regulamento foi aprovado em reunião de Câmara em reunião da Assembleia Municipal e nessa acessão pela primeira vez, há um regulamento objetivo. Dizer-vos por exemplo que até isto é discutível porque há gente que reclamou e com algumas coisas que eu também percebo já que estamos a falar no tema de pessoas que foram contempladas e é como nós pegamos, às vezes quando vemos as bolsas, então, mas fulano, ou sicrano foi contemplado, não é justo agora tem que haver o critério o critério é o critério fiscal é uma pena é, mas aí só mesmo ou uma questão fiscal mais apertada que não passa por uma Câmara, passa a nível nacional ou as pessoas. Podia estar aqui a falar dos bio resíduos eu, por exemplo, vale o que vale também não quero nenhuma medalha nem nenhum busto, mas eu tenho três filhos e já havia o regulamento de apoio ou incentivo à natalidade e eu nunca meti candidatura de nenhum mas se calhar podem dizer assim tu não queres é porque és pronto, tonto põe eufemismo, mas isso é o meu critério eu não quis e neste momento podia ter apoio de 3 mil euros portanto, três por cada um, que estão registados em Nelas, estão nascidos em Nelas Viseu e portanto foi porque eu não quis só isso por causa disso agora não censuro quem o faça nem nada que pareça, até porque me parece que é uma medida muito positiva e que faça sentido. A bolsa é o mesmo. Uma das coisas que estamos a fazer, a pensar em termos do que possa ser uma ação de melhoria, mas isto temos que ver, pois, se tem validade jurídica e legal é eventualmente que quem usufrua já de uma bolsa possa não ser cumulativa para libertar bolsas nós vamos fazendo isso e vamos corrigindo e vamos vendo onde é que eventualmente o sistema não está a funcionar, mas é nesta acessão do que nós estamos a falar do que é estruturado. O dia da freguesia de Senhorim e o ah o eventualmente corrobora oh Doutor Manuel Marques, o Doutor Manuel Marques já me conhece, se eu corroborasse em alguma coisa na redação eu assumia não tenho dúvidas disso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----



Reunião de 11/03/2026

---- - Deixei de o conhecer Senhor Presidente. Conhecia-o bem e deixei de o conhecer. Depois que foi eleito deixei de o conhecer. Designadamente a partir de 2020. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Deixe-me só terminar se não se importar. Nem eu tenho ideias de tutelar ninguém nem ninguém precisa de tutelas, isto aqui não há, não há gente unguida, não há uns que sejam melhores que outros, felizmente o município tem gente com qualidade que sabe redigir textos e tem leituras políticas não precisam de pardinhos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Paga-lhe para isso em horas extraordinárias. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Ó Senhor Vereador quer concretizar alguma coisa? Quer concretizar alguma coisa? ----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não, já lhe disse, paga-lhe para isso. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Ó Senhor Vereador não estou a falar disso, você, estava a falar duns comunicados do PSD, quando falou que, eventualmente, corroboro, eu não estou a falar desses. Estamos a falar de duas coisas distintas. E, portanto, deixe-me que lhe diga que que isso fique claro já que está em ata, quer dizer isto não vai mudar nada, porque quem quiser acredita, quem quiser não quiser acredita, mas já que foi invocado que fique claro que não participei nada que tenha a ver com os comunicados do PSD. Eu sou PSD desde quase como diria o outro desde pequenino sempre fui sempre que me conheci, mas sei separar as coisas. Eu nem faço parte dos órgãos políticos sequer do PSD, mas sou eleito pelo PSD, tenho reuniões com o PSD, normal sou Presidente indicado pelo partido, mas o partido também lá tem gente que tem cabeça e que sabe escrever e que sabe redigir e que sabe fazer comunicados. O dia da freguesia do Senhorim sobre a ETAR dos moinhos, eu já vou depois passar para o Senhor Vereador também, mas já lá vamos que é para depois ainda temos aqui a Elsa rapidinho para falarmos da questão dos resíduos, depois da ETAR, mas dizer-lhe uma coisa a ETAR dos moinhos é uma questão que está colocada no projeto o que nós falámos é que o projeto está iniciado e está pronto para fazer o lançamento de candidatura. Uma candidatura destas não demora meses mas faz parte do processo lançar o procedimento fazer o estudo ver o orçamento e é natural que seja feito isso até porque, em bom da verdade, em termos da ETAR, não sei se posso dizer isto, mas acho que posso, que me recordo é a primeira ETAR que vai ser construída nessa acessão, portanto e ainda bem não se vão resolver os problemas todos da freguesia de Senhorim não, mas é um começo. Sobre o jardim-de-infância de Senhorim já o tinha dito e reitero o jardim-de-infância de Senhorim já foi aprovada a candidatura está aprovado o projeto o financiamento e brevemente vai ser lançado o concurso num jardim de infância de Senhorim que foi uma aposta clara desde que vinha do início do que foi dedicado à área de educação para fechar o ciclo do âmbito da educação e nas 3 escolas que faltavam ter uma intervenção direta. Depois vamos voltar outra vez a recomençar, embora seria que haja financiamento para essa área para o centro escolar que precisa de uma intervenção efetiva para coisas pontuais até de escolas recentes como Carvalhal, como a Feira como o Fojo, como Vilar Seco como Santar que estão a ser alvo sempre de intervenções depois de reparação e inclusive o próprio Fortunato de Almeida que também tem problemas endémicos, portanto no mural da história porque é que nos incidimos aqui como dos aspetos primordiais do PT 2030, o jardim de infância de Senhorim quando nós chegámos cá tinha 3 alunos, neste momento tem 15 calma, não foi o varinha de condão que de repente apareceu e só porque era à vontade, mas foi feito um trabalho pela Câmara, pelos serviços educativos da

Câmara e pela junta de freguesia. Na freguesia para sensibilizar lá a ter os miúdos o espaço que atualmente é o jardim-de-infância toda a gente o conhece não tem condições, nenhuma e portanto é natural que se perceba que os pais queiram colocar os filhos também num estabelecimento onde tenha condições como não era o caso e portanto o que nós dissemos é que seria depois feito aquele estabelecimento para que isso fosse feito e é absolutamente, imprescindível para políticas de coesão territorial e de futuros territórios que investimentos desta natureza na educação, na ação social e na saúde sejam feitos de uma forma efetiva como é o jardim de infância de Senhorim. O centro de dia não tem os financiamentos na mesma, mas o que eu disse e reitero independentemente disso está-se a trabalhar, não é uma varinha de condão, mas eu espero durante este mandato ter isso bem adiantado para não dizer resolvido. Há formas de fazer isso há financiamentos que podem abrir e em bom da verdade nem tudo na vida se recinge a financiamentos, mas os montantes que estão envolvidos obviamente que implicam algum apoio que seja feito nesse sentido. Sobre a questão das horas já está remetido para os recursos humanos está citamente e a faturação da EDP, Planalto Beirão idem aspas. Portanto, eu agora se calhar Senhora Vereadora Elsa na questão dos resíduos e depois Sr. Vice-Presidente na questão da ETAR dos moinhos. Se houver alguma coisa, claro que sim. -----

---- A Senhora Vereadora Dr. Elsa Loureiro: -----

---- - Obrigada, Senhor Presidente, cumprimentar a mesa dar as boas-vindas à Enfermeira Patrícia e boa tarde ao público e aos funcionários da autarquia. Relativamente aos resíduos efetivamente o município tem o Planalto Beirão que faz a recolha dos resíduos quer através dos contentores vulgares, os verdes, quer através do ecocentro e dos ecopontos. Nós temos o ecocentro que está aberto ali na Estrada Nacional 234, toda a semana tem horário próprio que também está afixado e efetivamente as pessoas podem ir depositar lá os resíduos devidamente separados, o que acontece é que há muitos munícipes infelizmente e isto tem a ver com uma questão de cidadania também que ainda depositam os resíduos ou porque não querem levá-los ou porque não querem separá-los ou porque não querem também pagá-los porque há custos para isto também em determinados resíduos como por exemplo os resíduos urbanos e portanto não fazem mais nada vão depositá-los em locais inapropriados como caminhos e sítios mais escondidos e nós no mandato anterior tivemos vários sítios onde fomos tirar os resíduos e separá-los e colocá-los no sítio certo na zona industrial de Nelas como já foi referido na zona industrial da Ribeirinha também retirámos e até ali no cemitério novo em Nelas junto a um pinhal um bocadinho escondido. E parece que não, mas do orçamento municipal no mandato anterior foram gastos cerca de 40 mil euros a retirar resíduos mal colocados em sítios escondidos e colocados no sítio certo porque a autarquia também paga depois para os separar e poder colocar nos devidos locais. Isto claramente que não faz sentido nenhum hoje em dia é uma questão de educação e também de cidadania e também cabe a cada um de nós, às escolas e mesmo aos pais mudar estas mentalidades para que no futuro isto não continue a acontecer, mas infelizmente continua e cada vez que nós temos informação de depósito de resíduos como há pouco o Vereador Diogo falou obviamente que vamos tratar de os retirar, mas isto tudo implica custos muito grandes para o município e o apelo é que as pessoas tenham alguma sensibilidade para que isto não continue a acontecer porque efetivamente é mau para o ambiente é mau para o município, é mau para todos nós Obrigada -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Obrigada, Senhora Vereadora, Senhor Vice-Presidente. -----

---- A Senhora Vereadora Enf.^a Patrícia Forte: -----

---- - Posso só dizer uma coisinha. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Deixe só terminar aqui, sobre esta questão dos resíduos. -----

---- A Senhora Vereadora Enf.^a Patrícia Forte: -----

---- - Sim, sim era só mesmo porque se calhar antes de retirarmos os resíduos publicar exatamente na página da Câmara o antes e o depois, fazia sentido até para tomarem consciência quem colocou. -----

---- O Senhor Presidente: -----



Reunião de 11/03/2026

- - Já fizemos isso. Sobre esta questão ainda. Sim, sim -----
- O Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo: -----
- - Eu há pouco não o disse, mas quando escrevi o email referi que conheço e na altura que eu fiz aqui o estágio isso já acontecia havia aquelas campanhas para a recolha de monos e no vídeo que eu enviei o que é certo é que aparecem sofás por exemplo, o que é que eu deduzo que se calhar a divulgação deste serviço que é assumido pela autarquia pode não estar a chegar a toda a gente e eventualmente até pode ser trabalhado também. -----
- A Senhora Vereadora Dr. Elsa Loureiro: -----
- - Como disse o serviço já acontece aos anos, portanto acho que a divulgação é o que não falta as pessoas é que continuam a vacilar e a ter os serviços. -----
- O Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo: -----
- - Pois porque eu acredito que até seja mais económico para o proprietário do sofá ligar e pedir ao município para ir recolher o mono do que arranjar transporte por vezes... -----
- O Senhor Presidente: -----
- - Na teoria sim, infelizmente na prática não é assim. Nós por exemplo estamos aí com outdoors que já viram também de sensibilização para os bios resíduos. A informação não é só nos meios digitais é nos outdoors em todo o lado, mas infelizmente agora temos que fazer o nosso trabalho temos que sensibilizar sim, água mole em perda dura, nem que seja dessa maneira, mas não é, não tem retorno porque quem faz isto não é só uma questão de sensibilização é da impunidade, portanto fazem isto não estão para se chatear, não tem custos para seleccionar para separar, dar trabalho e é mais fácil despejar literalmente Sr. Vereador Sr. Vice-Presidente. -----
- O Senhor Vice-Presidente, Nuno Pereira: -----
- - Então aqui só para é rápido o Doutor até conhece o sítio melhor que eu, em relação aos moinhos e à ETAR dos moinhos, dizer-lhe que não passámos estes meses e não se fez nada. No dia a seguir começou-se logo a fazer tudo neste momento temos um projeto feito está à espera de ser validado pelas entidades competentes você deve saber isso tão bem ou até melhor do que eu que nós não podemos pegar numa ETAR e colocá-la lá e pô-la a funcionar no dia a seguir, tem que ser tudo validado neste momento temos o projeto feito à espera que seja aprovado seja validado para depois darmos o passo seguinte que é lançar a candidatura. Eu não quis dizer as entidades, mas sim o parecer da APA. A APA eu sei que não é ETAR sei que não é, mas estamos à espera desse parecer. Em relação ao dizer que não fizemos lá nada eu quando lhe disse que o Senhor não deve lá ter passado acredito que não tenha lá passado nos últimos tempos além dos moinhos, a Rua do Soito junto ao Poço, toda a zona que você deve conhecer melhor do que eu, foi toda reestruturada, os moinhos ainda não estão acabados estamos a fazê-los, mas o Senhor disse que não tínhamos feito lá nada desde esse dia. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
- - Ó Sr. Vice-Presidente, não fui eu que falei, nem fui eu que escrevi, que diz na Vila de Senhorim nas próximas semanas eu entendo que nas próximas semanas durante o mês de janeiro, ouça vai ser instalada uma fossa. Eu perguntei: Está instalada a fossa? Foi isso que eu perguntei. Está instalada já? -----
- O Senhor Vice-Presidente, Nuno Pereira: -----
- - Está aqui. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
- - Se a fossa está instalada peça desculpa. -----

---- O Senhor Vice-Presidente, Nuno Pereira: -----
---- - Mas sempre esteve, a fossa está instalada. Você está a falar da ETAR ou está a falar da fossa? -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Estou a falar da fossa na Vila o Senhor Presidente da Câmara disse... -----
---- O Senhor Vice-Presidente, Nuno Pereira: -----
---- - Eu estou a falar da fossa e você está a falar da ETAR. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Posso ler? No dia 8 de janeiro o Senhor Presidente da Câmara disse isto, na Vila de Senhorim nas próximas semanas vai ser instalada. Está instalada a fossa? -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Não é fossa, é ETAR dos moinhos. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Então o Senhor enganou a população. O Senhor diz na Vila de Senhorim nas próximas semanas vai ser instalada uma fossa permitindo o tratamento das águas está aqui escrito, não fui eu que escrevi. Nem a página é minha é sua. Então, mas está bem ou está mal isto? -----
---- O Senhor Vice-Presidente, Nuno Pereira: -----
---- - É uma ETAR, estamos a falar da ETAR. O que é fossa é o que eu lhe estou a mostrar e eu que estou-lhe a dizer aqui. Você está a falar de uma coisa e eu estou a falar de outra. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Estou a falar daquilo que vocês escreveram. -----
---- O Senhor Vice-Presidente, Nuno Pereira: -----
---- - Mas a intervenção nos Moinhos, a intervenção nos Moinhos é ETAR. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Eu estou a falar da Vila, ó Senhor Presidente da Câmara e Senhor Vice-Presidente da Câmara, um dos parágrafos que vocês escreveram na página do município no dia 8 de janeiro que sob o título dia da freguesia, está escrito, e vou ler *ipsis verbis*: Na Vila de Senhorim, nas próximas semanas, vai ser instalada uma fossa. -----
---- O Senhor Vice-Presidente, Nuno Pereira: -----
---- - Estou-lhe a mostrar, estou-lhe a mostrar. O Senhor Presidente está a falar de uma coisa e o Doutor Manuel Marques de outra e eu estou-lhe a falar da fossa está feita, estão aqui as fotografias na Rua do Soito, junto ao Poço está aqui tratada feita e nos Moinhos estamos lá esta semana à entrevista estão lá os nossos funcionários. E nos Moinhos que está preparado e estamos à espera não estamos a fazer o concurso estamos à espera da validação chamemos-lhe assim. Pronto vamos fazer o concurso estamos à espera do parecer da APA para podermos lançar o concurso. Agora quando você diz, estão aqui as fotografias. Você deve conhecer a terra melhor do que eu, que vivo lá. Pronto está a dizer que não foi feito nada e estão aqui as provas como está tudo feito daquilo que falámos. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Foi há 15 dias que eu lá passei. -----
---- O Senhor Vice-Presidente, Nuno Pereira: -----
---- - Eu só lhe disse que você não deve lá ter passado por isso é que lhe estou a dizer. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Mas eu tinha aqui uma coisa uma questão Senhor Presidente. Vossa Excelência ficou ofendido quando eu o chamo correligionário. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Olhe eu não vou debater português consigo. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Não vai, mas eu vou ler é por isso que eu o chamo correligionário é um substantivo masculino que designa alguém que partilha da mesma religião do mesmo partido político ideologia ou doutrina que outra pessoa indica um seguidor partidário ou aliado que segue princípios comuns vossa Excelência o que eu entendo é que segue os princípios comuns do PSD. É muito utilizado no contexto político para descrever membros do mesmo partido, portanto não é nenhuma ofensa. Olhe é o significado do dicionário Priberam não é nenhuma



Reunião de 11/03/2026

ofensa quando eu faço isso. Eu uso isto no Direito Priberam. -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Deixe-me dizer uma coisa o Senhor está a mentir, ou o Senhor é mentiroso são acessões diferentes. Já expliquei isso, as palavras têm sentido denotativo e conotativo e são utilizadas palavras. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Que é a mesma coisa estar a mentir é mentiroso é a mesma coisa quem mente é mentiroso. Aqui não foi isso que eu lhe disse. -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - O que eu estou lhe a dizer, mas por exemplo chamar a mentiroso a alguém é mais grave do que dizer que está a mentir, pronto, é aí que eu queria chegar pronto. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Senhor Doutor só mais este problema das bolsas de estudo consegue extrair daqui da leitura daqui deste texto que foi feito um plano, um regulamento. -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Não porque nós consultámos, não há regulamento. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Nem o Senhor o fez. -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Fizemos, fizemos. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Ó Senhor Doutor, continuo na minha e não consegue... -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Senhor Vereador foi à Assembleia Municipal e à reunião de Câmara. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Tinha o dito aqui e não dizia que era a primeira vez que ia atribuir um bolsa de estudo é a minha grande questão é esta. É a primeira vez o quê Senhora Vereadora? -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Muito bem então é o seguinte, só para só para que fique numa então ninguém pode falar português aqui só eu. Pronto para dizer uma coisa tão simples, uma coisa tão simples quanto isto, o que nós estamos a falar é, este regulamento foi é obrigatório é feito é submetido está em consulta pública foi aprovado em reunião de câmara e da Assembleia Municipal é um regulamento universal não é atribuído a pedido... -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Senhor Doutor, desculpe, desculpe, está bem? -----
 ---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Em consulta pública, esteve em consulta pública. Esteve em consulta pública. Foi a reunião de Câmara, foi aprovado, esteve em consulta pública, depois foi à Assembleia Municipal, foi validada e depois é que se abriu o procedimento. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Mas o Senhor Doutor, não fala aqui nisso, não fala aqui no regulamento, fala que foi a primeira vez e de facto Vossa Excelência tentou aqui fazer uma manobra e desculpe o termo manobra entre aspas obviamente, não é a mesma coisa de um cidadão ou de uma cidadã qualquer do nosso país vir fazer um comentário à página do município que eu condeno mesmo sendo ofensivo agora é lamentável é que se permita que um cobarde faça comentários numa página do município. Sabe o que eu faço na minha página elimino-os. -----
 ---- O Senhor Presidente: -----

---- - Está bom, mas isso é a sua página. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - O Senhor tem funcionários a ver isto. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Ó Senhor Vereador eu vou-lhe dizer outra vez a mesma coisa. Eu respeito isso. Então imagine que eu considerava aquele comentário ofensivo e é, espere, espere, e eu eliminava o comentário. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Se for de uma pessoa identificada não devem eliminar. Desculpe, permite ao visado usar os meios legais e direitos permitidos para defender a sua honra diga-me quem é este Alberto Teto se eu quiser processar, sabe? -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Não. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Não quero mais esclarecimentos Senhor Doutor, não quero mais esclarecimentos sobre essa matéria, encerra para mim qualquer tipo de esclarecimento. Vossa Excelência identifica-me este Alberto Teto? Identifica? Não identifica. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Eu vou-lhe dizer: Você tem problemas auditivos. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Pois tenho alguns. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Não é alguns é muitos. Eu estou-lhe a dizer uma coisa tão simples quanto isto, as regras do funcionamento de comunicação das redes sociais são claras cada um gera a sua página individual como entende por isso é que são páginas pessoais. As institucionais têm códigos das duas, uma: Ou se identifica na linha editorial o que é que se aprova e não aprova. Eu vou-lhe dar um caso concreto: Há Municípios que fazem publicações sem comentários. Pronto, há outros, mas eu acho que deve haver comentários. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Não deve deixar comentar é os cobardes é o que eu digo eliminá-los. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - E quem o ofende? Ah, pronto ok. Eu acho que democraticamente é assim. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Tem o direito de se defender nos tribunais e este aqui não tem o direito de o fazer porque não sabe quem ele é, e que a câmara corrobora nesta maledicência de uma forma cobarde. ----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Pronto, o anónimo não há problema desde que seja educado uma pessoa identificada pode chamar e vir para enviar para quem quiser e está tudo bem, é isso? Mas eu não posso processar toda a gente. Olhe que eu não tenho o mesmo vício de coisas anteriores. Já processei alguém? Claro que eu me lembro não, o que não quer dizer que não o faça. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Olhe, sabe o que diziam os velhinhos e lá os pastores quem não se sente não é filho de boa gente. E quem me provocar processo. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Então agora se não se importasse. Senhor Vereador, pedi-lhe ajuda para cronometrarmos o tempo e fazermos um minuto de silêncio a António Lobo Antunes, antes de entrarmos no período da ordem do dia. Se não se importar, fazer chegar, faço a favor à família do Doutor António Lobo Antunes. Além do voto pesar, também naturalmente o minuto de silêncio que foi prestado em reunião de Câmara nesta data, pelo órgão colegial na sua totalidade da Câmara, e pelos munícipes presentes também na referida sessão. -----

---- **Foi feito um minuto de silêncio pelo Escritor António Lobo Antunes.** -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA



Reunião de 11/03/2026
1 – ÓRGÃOS DA AUTARQUIA

1.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2025

---- Presente a ata da reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada em 10 de setembro de 2025. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Antes de entrar na votação das atas, dizer-vos que nós temos hoje, até o dia 7 de novembro, temos 5 atas para aprovar. Dessas 5 atas, vêm até o dia 7 de novembro de 2025, dizer-vos que na próxima reunião de 25 de março deste mês, vêm outras 5 e vão ficar até o dia 14 do 1, e na primeira reunião de abril virão as, que se vai sobejar de a última de janeiro, as 2 de fevereiro e a de março. Não só da questão dos problemas informáticos, mas da afetação maciça de vários funcionários para atualizar isto. Depois resolvemos isto, voltaremos então àquele assunto da proposta que pode ser eventualmente exarada, que é ficar com o áudio disponível ou não, não invalidando que não haja uma ata, porque às vezes as atas são maiores do que é humanamente possível. Nós basicamente temos um funcionário que há montes de anos, que é horas e horas seguidas a fazer a audição das atas. É verdade que há programas informáticos, mas os programas informáticos, basta, por exemplo, as palavras, fica registado as palavras, mas às vezes podem não ser as palavras como foram. Às vezes o Sr. Fernando faz perguntas, porque a dicção das pessoas, ou o facto de o microfone estar ao mais ou menos afastado, o registo é automático, mas às vezes pode não ser bem aquilo que é depois transcrito, mesmo automático, tem que ter um re visionamento, digamos assim, humano para evitar estas questões. Posto isto, das votações, independentemente das situações de voto que possam haver sobre a questão, eu se calhar ponho à votação as atas, se não se importassem, da 1.1 a 1.4, e digo isto porque estas quatro ainda são relativas ao mandato anterior é diferente da 1.5, e portanto, basicamente, nessas aí, os Srs. Vereadores, se quiserem votar favoravelmente, podem, como é óbvio, mas naturalmente, quem poderá votar com isso, com propriedade, porque participou nelas fui eu e a Sra. Vereadora Elsa Loureiro, e os Srs. Vereadores votarão de acordo com o que acharem correto. Posto isto, eu punha à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Eu suponho que é com a abstenção de os cinco Vereadores, não é como habitual, sim. A abstenção do Sr. Vereador Nuno Pereira, o Ilídio, sim, tudo. Ao contrário, em vez de estarmos a denunciar, dois votos favoráveis, o meu e o da Vereadora Elsa, e as cinco abstenções. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues e cinco abstenções dos Senhores Vereadores Enf.^a Patrícia Salomé Oliveira Forte, Nuno Daniel Silva Pereira, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo, Ilídio José Morais Loureiro e Dr. Manuel da Conceição Marques, aprovar a ata da reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada em 10 de setembro de 2025. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que os Senhores Vereadores Enf.^a Patrícia Salomé Oliveira Forte, Nuno Daniel Silva Pereira, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo, Ilídio José Morais Loureiro e Dr. Manuel da Conceição Marques, se abstiveram em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

1.2. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2025

---- Presente a ata da reunião ordinária pública desta Câmara Municipal, realizada em 24 de setembro de 2025. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues e cinco abstenções dos Senhores Vereadores Enf.^a Patrícia Salomé Oliveira Forte, Nuno Daniel Silva Pereira, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo, Ilídio José Morais Loureiro e Dr. Manuel da Conceição Marques, aprovar a ata da reunião ordinária pública desta Câmara Municipal, realizada em 24 de setembro de 2025. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que os Senhores Vereadores Enf.^a Patrícia Salomé Oliveira Forte, Nuno Daniel Silva Pereira, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo, Ilídio José Morais Loureiro e Dr. Manuel da Conceição Marques, se abstiveram em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

1.3. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2025

---- Presente a ata da reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada em 08 de outubro de 2025. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues e cinco abstenções dos Senhores Vereadores Enf.^a Patrícia Salomé Oliveira Forte, Nuno Daniel Silva Pereira, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo, Ilídio José Morais Loureiro e Dr. Manuel da Conceição Marques, aprovar a ata da reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada em 08 de outubro de 2025. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que os Senhores Vereadores Enf.^a Patrícia Salomé Oliveira Forte, Nuno Daniel Silva Pereira, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo, Ilídio José Morais Loureiro e Dr. Manuel da Conceição Marques, se abstiveram em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

1.4. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2025

---- Presente a ata da reunião extraordinária desta Câmara Municipal, realizada em 09 de outubro de 2025. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vereadora Dr.^a Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues e cinco abstenções dos Senhores Vereadores Enf.^a Patrícia Salomé Oliveira Forte, Nuno Daniel Silva Pereira, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo, Ilídio José Morais Loureiro e Dr. Manuel da Conceição Marques, aprovar a ata da reunião extraordinária desta Câmara Municipal, realizada em 09 de outubro de 2025. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que os Senhores Vereadores Enf.^a Patrícia Salomé Oliveira Forte, Nuno Daniel Silva Pereira, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo, Ilídio José Morais Loureiro e Dr. Manuel da Conceição Marques, se abstiveram em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

1.5. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA O QUADRIÊNIO 2025-2029, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2025

---- Presente a ata da primeira reunião ordinária da Câmara Municipal, para o Quadriênio 2025-2029, realizada em 07 de novembro de 2025. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - O 1.5 já se reporta à primeira reunião da reunião de Câmara, passo o pressuposto que a Sra. Vereadora Enfermeira Patrícia, não votará abster-se, digo eu, e o resto, pois, votem conforme acharem adequado também. Por mais que colocá-la à votação, quem vota contra? Quem se abstém? Com uma abstenção da Sra. Vereadora Patrícia Forte, por não ter feito parte dessa reunião. Aprovado com seis votos favoráveis e uma abstenção. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Nuno Daniel Silva Pereira, Dr.^a Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Ilídio José Morais Loureiro, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo e Dr. Manuel da Conceição Marques e uma abstenção, dos Senhores Vereadores Enf.^a Patrícia



Reunião de 11/03/2026

Salomé Oliveira Forte, aprovar a ata da primeira reunião ordinária da Câmara Municipal, para o Quadriénio 2025-2029, realizada em 07 de novembro de 2025. -----

1.6.NOMEAÇÃO DE UM SENHOR VEREADOR DA OPOSIÇÃO E DE UM TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 2994, datada de 20/02/2026, do Serviço de Planeamento Urbanístico, que a seguir se transcreve: -----

---- “Nomeação da Comissão Municipal de Toponímia -----

---- De acordo com o previsto no artigo 5º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Nelas, publicado a 26 de maio de 2017, em Diário da República, 2ª série, Regulamento n.º 294/2017, a Comissão Municipal de Toponímia, Órgão Consultivo da Câmara Municipal de Nelas para as questões de Toponímia, é nomeado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas. -----

---- De acordo com o previsto no artigo 6º do referido regulamento, deverão ser designados os seguintes elementos que constituem a Comissão Municipal de Toponímia: -----

---- a) O Presidente da Câmara Municipal - Dr. Joaquim Augusto Alves de Amaral; -----

---- b) O Presidente da Assembleia Municipal - Paulo Jorge Pinto Coelho dos Santos; -----

---- c) O Vice-Presidente da Câmara Municipal - Nuno Daniel da Silva Pereira; -----

---- d) Um vereador da Oposição; -----

---- e) O Presidente da Junta de Freguesia e o Presidente da Assembleia de Freguesia, com intervenção na área territorial da respetiva Autarquia, nomeadamente: -----

---- 1. Freguesia de Canas de Senhorim - Jeffrey Guedes Almeida e Joselina Dias Martins Mateus; -----

---- 2. União de Freguesias de Carvalhal Redondo e Aguieira - António Fernando Andrade de Almeida e Nuno Alexandre Nisa de Loureiro; -----

---- 3. Freguesia de Lapa do Lobo - António Fernandes da Costa e Ricardo Manuel Salvador Borges; -----

---- 4. Freguesia de Nelas - Sérgio Miguel Dias da Rocha e José Vítor Pinto Alves; -----

---- 5. União de freguesias de Santar e Moreira - Anabela Sampaio Araújo e Pedro Filipe Lopes Soares; -----

---- 6. Freguesia de Senhorim - António Luís Roque da Silva e Francisco Manuel Silva Carvalho; -----

---- 7. Freguesia de Vilar Seco - Pedro Miguel Marques Morais e Luís Miguel Almeida Gonçalves; -----

---- f) Um Técnico na área de Planeamento e Urbanismo da Câmara Municipal de Nelas. -----

---- Face ao exposto, solicita-se a nomeação de um Vereador da Oposição e de um Técnico da Câmara Municipal a integrar a Comissão Municipal de Toponímia. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Eu não sei se eventualmente aqui podemos fazer uma interrupção de um minuto para conferenciarem os Vereadores, ou fala-se já diretamente, como entenderem. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Da parte do CDS, acho que não é preciso. Não nomeará ninguém para qualquer comissão que seja, para qualquer trabalho que seja, onde estejam pessoas que eu discordo, que perseguiram industriais, que perseguiram o Presidente da Câmara. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Ou onde esteja o Presidente da Câmara também. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Não, não foi isso que eu disse. Não altere aquilo que eu disse. Eu não o vi a si perseguir industriais, pois não? Que eu saiba, não. Olhe que eu ponho isto a gravar. Eu não faço parte. -
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Estamos a falar do 1.6 agora. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
---- - Basta ser do PS, não faço parte. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Mas é só para dizer uma coisa. É assim, a lei obriga a. O que quer dizer é o seguinte, se for feita uma nomeação voluntária, que é o que eu acho que é o ideal, será feita. Se não for feita, a lei obriga-me a eu nomear. Eu acho que isso não faz sentido. Digo eu, na minha modesta opinião. O que eu acho é que isto aqui faz sentido, se eu... Pronto, então, remeto para o Vereador Diogo eventualmente dizer alguma coisa. -----
---- O Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo: -----
---- - Pronto. E nós preparámos-mos relativamente a este ponto. Primeiro recordar que existe um regulamento em vigor e está disponível no site do município, que nós tivemos a oportunidade de consultar. E que enquadra o funcionamento desta comissão. Naturalmente na altura da sua aprovação até poderá ter feito todo sentido nos modos em que foi concebido, mas passados alguns anos, talvez seja até oportuno ponderar a sua revisão e atualização, tendo em conta a evolução do funcionamento dos serviços e das próprias dinâmicas municipais. Se olharmos para as competências da Comissão Municipal de Toponímia, verificamos que lhe compete entre outras funções, propor à Câmara a denominação de novos arruamentos, ou a alteração dos atuais, emitir pareceres sobre novas designações ou alterações, definir a localização dos topónimos, bem como elaborar estudos sobre a história da toponímia do Concelho de Nelas, promovendo também a sua divulgação e colaborando com as escolas na produção de materiais didáticos. Sendo nós já Vereadores e tendo assento neste órgão executivo, parece-nos legítimo questionar qual a necessidade de integrar formalmente esta comissão, sobretudo tendo em conta o crescente nível de disponibilidade que estas estruturas exigem. Na prática, muitas das matérias tratadas acabam por chegar posteriormente à reunião de Câmara, sob a forma de informações e pareceres técnicos dos serviços, e que são analisados e votados. Nesse sentido, entendemos que fará mais sentido continuar a apreciar estas matérias no momento em que se apresentam à Câmara, devidamente instruídas pelos serviços técnicos. Posto isto, relativamente a este ponto, informamos que não fazemos questão de integrar a Comissão Municipal de Toponímia, pelo que abdicamos dessa participação. -----
---- O Senhor Presidente: -----
---- - Senhoras e Senhores Vereadores, no que concerne. Eu agradeço e é recíproco. 1.6 - Nomeação de um Senhor Vereador da oposição e de um técnico da Câmara Municipal de Nelas para integrar a Comissão Municipal de Toponímia. Só deixar aqui um ponto que nos parece de relevar. É um órgão autárquico, é um órgão colegial, é um órgão que tem representatividade, também não obriga que as pessoas estejam presentes nas sessões todas, nem há falas justificadas, nem nada. Agora, o órgão tem que estar constituído colegialmente. E, portanto, faz sentido, porque é o que está estipulado no regulamento e na lei, que hajam representantes dos diversos órgãos da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, dos Presidentes de Junta, e é nesse sentido. Estamos a falar de uma reunião que é realizada esporadicamente e que, eventualmente, uma ou outra vez, que os Senhores Vereadores não possam ir, não possam estar presentes, mas pode ser o caso também de se designar um elemento e de se designarem suplentes para o caso do Vereador indigitado não possa estar presente. Ou até acontecer que, mesmo que os suplentes que estejam referenciados, naquela data não possam. Mas, geralmente, o que é feito é que são contactados previamente para tentar agilizar a data para as pessoas estarem presentes. E, portanto, da parte do município, a funcionária é quem continua. Temos de trazer isso também aqui para a informação, que é a Doutora Susana Teixeira, que é ela que está com a responsabilidade da toponímia. Aliás, de planeamento, é ela mesmo a única técnica que, efetivamente, o município tem. E, portanto, é



Reunião de 11/03/2026

ela que será a técnica. Dos Senhores Vereadores, o Senhor Vereador Diogo, aponta essa questão, deixávamos em ata, sendo indicado o Vereador Diogo e com podendo ser substituído, pela Senhora Vereadora Sofia Relvas ou pela Senhora Vereadora Patrícia Forte. Se assim o entenderem. Pronto, uma coisa não invalida a outra. O facto de integrar a comissão pode propor isso. -----

---- O Senhor Vice-Presidente, Nuno Pereira: -----

---- - Pode ser proposto à Comissão. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Então, o Sr. Vereador, o Sr. Vereador Diogo e a Técnica da Câmara, a Sra. Doutora Susana Teixeira e o Dr. Diogo, na parte do Vereador da Oposição do Partido Socialista. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a nomeação da Senhora Dr.ª Susana Maria Rabaça Teixeira Henriques e do Senhor Vereador da Oposição, Dr. Diogo Manuel Andrade de Figueiredo, para integrar a Comissão Municipal de Toponímia, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 2994, datada de 20/02/2026, do Serviço de Planeamento Urbanístico, atrás descrita. -----

2 – DIVERSOS

2.1. DECLARAÇÃO DE LUTO MUNICIPAL PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO LOBO ANTUNES – DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente um Despacho do Senhor Presidente, datado de 05/03/2026, que a seguir se transcreve: -----

---- “DESPACHO -----

---- Declaração de luto municipal pelo falecimento de António Lobo Antunes. -----

---- Foi com profundo pesar que o Município tomou conhecimento do falecimento de António Lobo Antunes. -----

---- António Lobo Antunes, "Nelense de Coração ", como afirmava, é um nome maior da cultura e literatura universal contemporânea. -----

---- O autor manteve com Nelas uma relação de profunda afetividade. Foi nesta vila, na casa dos seus avós maternos, que colheu as memórias de juventude que mais tarde imortalizou nos seus Livros e nas suas Crónicas. Para o autor, Nelas não era apenas um lugar geográfico, mas sim, como o próprio afirmou, "a dimensão do sonho, da distância, do tamanho, dos horizontes". -----

---- Assim, em sua memória e reconhecimento, decreto, ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, um dia de luto municipal, no dia 6 de março de 2026, com a inerente colocação da bandeira do Município a meia haste, no edifício dos Paços do Concelho. -----

---- O presente despacho será submetido a ratificação na próxima reunião da Câmara Municipal. -----

---- Divulgue-se.” -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Dois diversos, já falámos um bocadinho disto, de qualquer maneira, mas a declaração do luto municipal pelo falecimento de António Lobo Antunes, que são em ratificação. Como sabem, foi concedido o dia nacional no sábado, já que havia o nacional, não pode haver municipal no mesmo dia, porque prevalece o nacional. Portanto, o António Lobo Antunes faleceu na quinta-feira e nós, no dia a seguir, decretámos luto municipal, de uma forma também de esse reconhecimento. Isto podia ser só o conhecimento, a ratificação, no sentido

para reforçar, digamos assim, tudo o que também fizemos hoje na sessão e do que vai ser enviado para a família de António Lobo Antunes, que esse luto municipal fique nessa informação também, que seja associada por todo o órgão colegial da Câmara. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Doutora Ana Santos, então, no ofício enviar a Cristina Lobo Antunes. A Senhora Doutora Cristina Lobo Antunes, dizer-lhe precisamente que em reunião de Câmara foi prestado uma homenagem, ao autor António Lobo Antunes. Da mesma forma, foi feito o minuto de silêncio na memória do autor e com o conhecimento que a autarquia que se associa ao luto, ao decretar do luto municipal em memória de António Lobo Antunes, bem como todas as iniciativas realizadas, assim associadas, inclusive na consagração no Elos deste ano, do Festival Literário, de um acréscimo no percurso de António Lobo Antunes, desta feita também com os bancos públicos associados à obra e excertos da obra de Lobo Antunes a referenciar-se ao território e também começando a edição deste ano aos autores locais, aos diversos autores locais, será feito também ao próprio autor como patrono, como patrono, desculpem, António Lobo Antunes. -
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente, datado de 05/03/2026, atrás descrito, que decreta, ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, um dia de luto municipal, no dia 6 de março de 2026, com a inerente colocação da bandeira do Município a meia haste, no Edifício dos Paços do Concelho. -----

3 – PATRIMÓNIO MUNICIPAL

3.1.REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL DO ARTIGO MATRICIAL RÚSTICO N.º 737, DA FREGUESIA DE CANAS DE SENHORIM – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ESCRITURA DE JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 3520, datada de 03/03/2026, do Serviço de Património e Cadastro, que a seguir se transcreve: -----

---- “Regularização patrimonial do artigo matricial rústico n.º 737, da Freguesia de Canas de Senhorim -----

---- Para efeitos de regularização patrimonial do Município de Nelas: -----

---- Foi verificado por estes serviços, que o artigo matricial rústico n.º 737 da Freguesia de Canas de Senhorim, não se encontra registado na Conservatória a favor deste Município, sendo assim necessária a realização de escritura de justificação notarial, para efeitos de titularidade. -----

---- Parecer dos Serviços: -----

---- - Para estes serviços poderem efetuar o seu registo, solicitamos autorização para realização de escritura de justificação notarial do artigo matricial rústico n.º 737 da Freguesia de Canas de Senhorim, no Cartório Notarial. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Eu vou seguindo, se os Senhores Vereadores depois quiserem intervir em algum esclarecimento ou alguma informação que queiram, sintam-se disponíveis, sintam-se confortáveis, desculpem. Três, património municipal, regularização patrimonial do artigo matricial rústico n.º 737 da freguesia de Canas de Senhorim, a autorização para a realização de escritura, justificação notarial, discussão e aprovação e o parceiro de serviços, para esses serviços podem efetuar o seu registo, solicitamos a autorização para a realização da escritura do artigo matricial rústico n.º 737 da freguesia de Canas de Senhorim no cartório notarial com a informação do artigo rústico em que estão em anexo na informação dos Serviços. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a autorização para realização de escritura de justificação notarial do artigo matricial rústico n.º 737 da Freguesia de Canas de Senhorim, no Cartório Notarial, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 3520, datada de 03/03/2026, do Serviço de Património e Cadastro, atrás descrita. -----



Reunião de 11/03/2026
4 – CONTABILIDADE

4.1. PAGAMENTO DE FATURAÇÃO DIVERSA – FEVEREIRO DE 2026 – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Está dado conhecimento. Não invalidando que os Senhores Vereadores possam consultar os documentos. Mas vocês já sabem o que é, já sabem. Pode pôr, pode pôr, não se preocupe. Eu não vejo problema nenhum, se os Senhores Vereadores também não virem. Está bem, está bem. Oh, Doutora Ana, importa-se. Oh, Doutora Patrícia, pode chegar, se não se importar. Eu sublinhei. Está bem. Mas pode consultá-los aqui, quer vir, mais cedo na próxima reunião? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não, não. -----

---- A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral, durante o mês de fevereiro de 2026, no total de 1.944.961,40 euros (um milhão novecentos e quarenta e quatro mil novecentos e sessenta e um euros e quarenta cêntimos), referente a Operações Orçamentais e no total de 9.411,23 euros (nove mil quatrocentos e onze euros e vinte e três cêntimos), referente a Operações de Tesouraria, descritos em relação elaborada pelos Serviços de Contabilidade. -----

5 – OBRAS PARTICULARES

5.1. INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO

5.1.1. LICENCIAMENTO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, DEFERIDOS E INDEFERIDOS – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Está dado conhecimento. -----

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente a processos de licenciamento de obras, loteamentos, propriedades horizontais, informações prévias e outros, deferidos e indeferidos no período compreendido entre 18 de fevereiro de 2026 e 3 de março de 2026, a qual fica anexa a esta ata, (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

6 - LICENCIAMENTOS DIVERSOS

6.1. PEDIDO DE LICENCIAMENTO ADMINISTRATIVO – CONSTRUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR – APROVAÇÃO E EMISSÃO DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO – LOCAL: AV.ª VISCONDESSA DE TAVEIRO, EM SANTAR – PROCESSO N.º 01/2025/270 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente o Processo n.º 01/2025/270, datado de 20/02/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licenciamento administrativo para a construção de moradia unifamiliar e emissão de licença de construção, sita na Av.ª Viscondessa de Taveiro, em Santar. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - E de acordo com os serviços, encontrando-se o pedido devidamente distribuído, nada a opor à emissão da licença de construção e, portanto, a proposta é votarmos favoravelmente de acordo com o parecer dos serviços que diz não haver nada a opor à emissão da licença de construção. Quem vota contra? Quem se abstém? É aprovado por unanimidade. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de licença de construção de moradia unifamiliar, sita na Av.^a Viscondessa de Taveiro, em Santar, a que se refere o Processo n.º 01/2025/270, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 3015, datada de 20/02/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

6.2. PEDIDO DE LICENCIAMENTO ADMINISTRATIVO – CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM – APROVAÇÃO E EMISSÃO DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO – LOCAL: ZONA INDUSTRIAL 1, DE NELAS – REQUERENTE: MODERN INSPIRATION, LD.^a– DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente o Processo n.º 01/2025/158, datado de 16/02/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licenciamento administrativo para a construção de armazém e emissão de licença de construção, sito na Zona Industrial 1, de Nelas, em que é requerente a empresa Modern Inspiration, Ld.^a. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Com o mesmo parecer de nada a opor, quem vota contra? Quem se abstém? É aprovado por unanimidade. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de licença de construção de armazém, sito na Zona Industrial 1, de Nelas, em que é requerente a empresa Modern Inspiration, Ld.^a, a que se refere o Processo n.º 01/2025/158, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 2635, datada de 16/02/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

6.3. PEDIDO DE LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO – KARAOKE, NO DIA 27/02/2026, DAS 22:00 HORAS ÀS 02:00 HORAS DO DIA SEGUINTE. LOCAL: GINGAS BAR, NA AV.^a D. MARIA II, N.º 2, R/C DIREITO, EM NELAS - REQUERENTE: VÍTOR EMANUEL DE JESUS COELHO - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 2284, datada de 10/02/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licença para recinto improvisado, para Karaoke, no dia 27/02/2026, das 22:30 horas às 02:00 horas do dia seguinte, no estabelecimento Gingas Bar, na Av.^a D. Maria II, n.º 2, R/C Direito, em Nelas, em que é requerente Vítor Emanuel de Jesus Coelho, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 16/02/2026, que a seguir se transcreve: “No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, no dia 27/02/2026, das 22:30 horas às 02:00 horas do dia seguinte, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal.” -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Do 6.3 ao 6.5. São pedidos de licença para recinto improvisado. O 6.6, 6.4 e o 6.5, também em isenção de pagamento de taxas municipais, é melhor o 6.5 à parte. Discussão e aprovação, 6.1 e 6.2. Os dois? Hum. Ok. Então, o 6.1 está bem, o 6.2 está bem, o 6.3 e o 6.4 são recintos improvisados, é discussão e ratificação, e você enganou-se no 6.3, onde está a aprovação, leia-se ratificação. Quem vota contra? Quem se abstém? Ah, desculpe, sim. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo: -----

---- - Relativamente a este ponto dos pedidos de licença, eu recordo-me que foi na penúltima, na penúltima, na última ou na penúltima? É o 6.3 e o 6.4, o 6.4, penso eu. O 6.4 e o 6.5. É destes pedidos de licença. Estava a dizer que já, não sei se foi na última ou na penúltima reunião de 2025, mas lembro-me, a Senhora Vereadora Elsa até falou na questão aqui de uma quinta, por causa de uma licença para um evento de passagem de ano. E eu, nessa altura, já



Reunião de 11/03/2026

tive a oportunidade de dizer que se calhar faz sentido que este tipo de licenças entre nos serviços atempadamente. E nestes dois casos, entraram. E eu até preparei aqui uns apontamentos dizendo isto mesmo, que nessa altura já tinha manifestado o entendimento de que, a meu ver, não faz grande sentido que estes tipos de processos venham à reunião para discussão e ratificação quando os pedidos dão entrada com antecedência necessária. E quando assim acontece, existe tempo suficiente para que os processos sejam devidamente analisados pelos serviços e, se necessário, submetidos também atempadamente à apreciação por parte da Câmara. Por outro lado, quando os pedidos não entram com a antecedência adequada, pode não haver esse tempo suficiente para que todo o processo de análise e licenciamento seja feito com a devida ponderação. E por isso mesmo, estes procedimentos existem, ou se estes procedimentos existem, devem ser cumpridos para que o trabalho seja bem feito e com a necessária responsabilidade. Nestes dois casos em concreto, o primeiro pedido, o requerimento de entrada nos serviços no dia 10 de fevereiro para um evento a realizar, no dia 27 do mesmo mês. O despacho do Sr. Presidente tem data de 16 de fevereiro e, entretanto, tivemos aqui a reunião do dia 25. No segundo caso, o pedido deu entrada no dia 5 de fevereiro para o evento a realizar no dia 21. Neste caso, o despacho do Sr. Presidente está datado de 13 de fevereiro e continuo a dizer que houve na mesma essa reunião do dia 25 de fevereiro. E por isso mesmo, a questão é porquê os processos vêm apenas agora a esta reunião. Claro que compreendemos que podem existir situações excecionais, em que por motivos de urgência, circunstâncias, imprevistas, seja necessário recorrer a despacho e posterior ratificação, contudo, aquilo que não concordamos é que essa exceção se transforme numa prática habitual. Parece-nos importante que os procedimentos sejam organizados de forma que seja, sempre que possível, os processos venham à reunião de Câmara no momento adequado, permitindo-nos analisar e decidir com a devida antecedência. Só terminar, claro, não são estes dois eventos que estão em causa, é mesmo o procedimento, quando dão entrada nos serviços com tempo, dá a possibilidade de analisar e de validar com todos os dados do nosso lado, quando corre tudo bem, voltamos à mesma história, quando corre tudo bem, agora pode haver um ou outro evento até mais complexo que fará todo o sentido de nós termos esta informação antes do evento acontecer, se puder isso. -----

---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Muito bem, Sr. Vereador, dar só duas ou três notas. Em termos processuais, o que está a dizer faz sentido, pois uma coisa é o que faz sentido em termos processuais, outra é a realidade. Apesar das datas que estão cá, quando chegam cá os procedimentos depois de percorrerem os canais todos, é o que é. Para ficar com uma ideia, nós, geralmente, às sextas-feiras, nós temos tido uma compreensão lata. O regulamento obriga que sejam submetidos num período e determinado X para que os corredores todos processuais sejam feitos. Podemos dizer que é muita burocracia e é o, mas são o que é, são os corredores processuais. Porque tem que haver pareceres, tem que haver informação, tem que haver manifestação de interesse dos serviços e depois o processo, quando chega, independentemente da data de entrada e do que seja a assinatura, os procedimentos, em abono da verdade, têm sido feitos aqui com alguns assuntos que não é que sejam mais ou menos importantes. Nós estamos a falar de uma licença para recinto improvisado. A prática que tem sido sempre feita pela Câmara tem sido essa. Se nós fôssemos ao estrito sentido da lei do regulamento, não fazíamos um décimo ou um vigésimo dos eventos. Embora eu comungo da sua opinião no que concerne a questão de segurança, por vezes é uma questão também de equilíbrio. Mas quando vem cá algo, quando isto se estriba com um parecer dos serviços que eu lhe reconheço competência, como é o caso, eu fico seguro ou sinto-me seguro com esse parecer. Uma coisa é eu dar um parecer numa

coisa onde é o meu parecer, sobre o que é exposto. Outra coisa é um parecer meu a validar um parecer prévio. Os serviços estão devidamente habilitados para o fazer. E a mim parece-me que aqui, mas não invalidando, de que haja esse filtro mais apurado, Doutora Ana, Senhor Fernando, nestas questões depois da inclusão, mas isto tem a ver com os correios processuais. Às vezes até depois despachados, como não são tão prioritários, podem ficar e depois seguir, provavelmente é isso, porque o que interessa é que quem faz o pedido, se está o processo instrutório a dizer que não há inconveniente, o interesse é dar essa informação a quem de direito para conseguir fazer o evento e admito, por vezes, um ou outro processo, possa ficar no que é do secretariado, na distribuição, na circulação interna das informações, se calhar do bondade a mais, que é o que aconteceu aqui, porque, de facto, estamos a falar de dois procedimentos que têm o valor que têm. Agora pronto, o que é que eu lhe posso dizer? Que eventualmente pedir aos serviços para se houver isto, mesmo que aconteça isto, depois cá estarei também, naturalmente, para dizer isto, que é o que acontece ou que pode acontecer. E para não me alongar muito, mas mantenho mesmo, um décimo é pouco, um vigésimo dos eventos não era realizado, porque a nossa parte processual para submeter, não é só esta data que está aqui, esta data entra num serviço, depois é circulada para outro serviço, depois é dada a entrada, depois é para o parecer, e independentemente da data que lá está, e eu já perguntei, independente da data que lá está, está o Sr. Vereador a dizer que dava para ir para aprovação e não para ratificação, por vezes, é isto que eu estou a dizer, mas podemos fazer uma malha mais fina, como os assuntos estão despachados, não há problema de maior, digamos assim. ---

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Posso? Eu aceito a preocupação. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Pronto, muito bem, o que seja. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Não, não, não é isso, calma, mas para nós, responsabiliza-nos de qualquer problema que exista, para que recaia sobre eles a responsabilidade. Portanto, é... -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Pronto. Já está, está percebida, malha fina, está bem? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Diogo Figueiredo: -----

---- - Eu até tive o cuidado de dizer, até quando é uma das situações mais complexas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Quando é uma ratificação, ele responsabiliza-se por ela. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Isso. -----

---- A Senhora Vereador Dr.^a Elsa Loureiro: -----

---- - Mas deixem-me só acrescentar uma coisa, é que nunca, por isso é que o Senhor Presidente estava a dizer que às vezes, à sexta-feira, chegam imenso e nós temos que os despachar. Isto porquê? Porque independentemente de vir aqui para a ratificação, a GNR, e a junta de freguesia, os eventos de corte, é sempre avisado. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Mas o Dr. Marques falou num processo tão simples quanto isto. Para mim, era mais fácil vir para a aprovação do que para a ratificação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Seria a responsabilidade do órgão. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Porque vocês votarem favoravelmente são corresponsáveis, para ratificação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Mas se o evento já ocorreu e não houve nada de anormal, nós não temos responsabilidade nenhuma. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Mas se houvesse algo de anormal, responsabilizava-me a mim e não ao órgão colegial. Pronto. Mas eu percebo, mas eu não... A única coisa que eu não acho que esteja mal feito... Eu não acho que seja assim uma coisa de uma problemática tão evidenciada. De qualquer



Reunião de 11/03/2026

maneira, malha mais fina, está bem? A responsabilidade, essa será sempre minha. Não há problema nisso. Mas fica essa anotação. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado, para Karaoke, no dia 27/02/2026, das 22:30 horas às 02:00 horas do dia seguinte, no estabelecimento Gingas Bar, na Av.^a D. Maria II, n.º 2, R/C Direito, em Nelas, em que é requerente Vítor Emanuel de Jesus Coelho, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 2284, datada de 10/02/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

6.4. PEDIDO DE LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO – KARAOKE, NO DIA 21/02/2026, DAS 22:00 HORAS ÀS 04:00 HORAS DO DIA SEGUINTE. LOCAL: RUA PADRE ANTÓNIO CASANOVA, N.º 14, EM FOLHADAL - REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO CULTURAL, DESPORTIVA E RECREATIVA CATEDRAL DA ÁGUA - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 2007, datada de 05/02/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de licença para recinto improvisado, para Karaoke, no dia 21/02/2026, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Rua Padre António Casanova, n.º 14, em Folhadal, em que é requerente a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa Catedral da Água, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 13/02/2026, que a seguir se transcreve: “No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão, no dia 21/02/2026, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, nos termos da informação técnica. Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de licença para recinto improvisado, para Karaoke, no dia 21/02/2026, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Rua Padre António Casanova, n.º 14, em Folhadal, em que é requerente a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa Catedral da Água, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 2007, datada de 05/02/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. -----

6.5. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS REFERENTES ÀS TAXAS URBANÍSTICAS RELATIVAS À EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO - LOCAL: SANTAR - REQUERENTE: SPORTING CLUB DE SANTAR – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 3246, datada de 25/02/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de isenção do pagamento das taxas municipais referentes às taxas urbanísticas relativas à emissão de certidão de dispensa de licença de utilização, em que é requerente o Sporting Club de Santar. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Tem a ver com a candidatura, não tem? Ao COP. Foi, não foi? Foi a candidatura ao COP. Como sabem, esteve a decorrer o período de candidaturas, falámos disto numa reunião anterior, à linha de financiamento dos clubes desportivos. Há um financiamento do Comité Olímpico Português e foram feitas sessões de esclarecimento, houve até sessão com o Secretário de Estado e com o adjunto que tutela mesmo esta linha de apoio com os clubes e houve candidaturas no nosso território, mas para haver candidaturas é solicitado aos clubes a titularidade ou a certificação da titularidade, como é o neste caso. E aqui foi, tem a ver com

isso, obviamente, para a isenção do pagamento das taxas municipais, tendo em consideração também o que é resolução de património de uma coletividade local e simultaneamente de serviço que lhe pudesse candidatar a tempo útil, digamos assim, do respetivo concurso. Portanto, não sei se algum dos Senhores Vereadores se quer pronunciar sobre isto ou se eu coloco a votação. Muito bem, quem vota contra? Quem se abstém? É aprovado por unanimidade. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de isenção do pagamento das taxas municipais referentes às taxas urbanísticas relativas à emissão de certidão de dispensa de licença de utilização, em que é requerente o Sporting Club de Santar, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 3246, datada de 25/02/2026, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. ----

7 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Portanto, dando por encerrado o período antes da ordem do dia, do período do dia da reunião de Câmara, naturalmente aberta a sessão aos munícipes, queiram intervir. Sr. Arlindo. -----

---- O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte: -----

---- - Boa tarde a todos. Só duas pequenas notas. Uma delas é dizer que o chefe Diogo Rocha nasceu no nosso Concelho, mais propriamente na Urgeiriça e foi criado lá. Segunda nota é, se eu estou errado peço desculpa, Sr. Presidente. Mas fiquei com a ideia de que numa reunião, o Sr. Presidente disse sobre IC12 e estava com ideias, eu fiquei com ideias, o Sr. Presidente tinha dito que em princípio a IC12 não iria passar em Nelas, para que não tirasse o trânsito de Nelas, pensando de que o comércio local ia usufruir algumas vantagens passando atualmente. Por isso, se for verdade isso, gostaria que o Sr. Presidente fizesse um apanhado exaustivo, porque todas as pessoas, e aqui o Sr. Vice-Presidente sabe tão bem, ou melhor do que eu, porque é canense, o pessoal que vem na IC12, vou já Carregal para não dizer Santa Comba, que vai para Mangualde, nenhuma passa por Nelas já. Não há nenhum. Os únicos que passam por Nelas, é quem vai para Viseu e quem vai para Seia. Portanto, ou quem vem para Nelas e assim, porque quem vai para Mangualde já não passa dentro da vila de Nelas. Nem quem vai para Viseu. Por isso é que eu fiquei com a ideia, que o Sr. Presidente tinha dito que a ideia que não era passar por cá a IC12. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Mas quem vai para Mangualde, ainda faz a A35, por Nelas. -----

---- O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte: -----

---- - Mas é a sair de Canas para Mangualde. Pronto, eu fiquei com ideias que não. E por isso é que eu estou a dizer, já atualmente toda a gente que passa, que vem da IC12, já não passa em Nelas, a não ser que vá para Seia, que é normal, a não ser que vá para Viseu. Mas isto também, a IC12 irá fazer uma saída, que é obrigatório mesmo, saída para Seia e para Nelas, evidentemente, e para Viseu. Era só isto. Muito obrigado a todos. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Obrigado, Sr. Arlindo. Dizer duas coisas. Eu referi precisamente no início, no período antes da ordem do dia, a questão de um voto de louvor ao chefe Diogo Rocha e ao chefe Nuno Fonte. Os dois oriundos da mesma freguesia. Mas eu disse isso no início, propus o voto de louvor. Foi a Câmara, foi a Câmara que fez o voto de louvor. Tanto ao chefe Diogo Rocha como ao chefe Nuno Fonte. O chefe Diogo Rocha, natural da Urgeiriça, o chefe Nuno Fonte, natural de Canas de Senhorim. Os dois foram agraciados, sem problema. No que concerne ao IC12, atualmente A35, perdemos um IC e ganhamos uma autoestrada. É a designação que nós temos do IC12, do que está em vigor é A35. Dizer-lhes que o que o Sr. Arlindo se falou foi em seguimento de uma opinião, não é uma coisa que vincule. Eu não tenho o dom ainda de influenciar a construção de infraestruturas. E tenho receio, independentemente do que foi aprovado em reunião, da CIM Viseu Dão Lafões, promovido pelo Presidente da Câmara de Mangualde e o Presidente da Câmara de Nelas, com a Associação dos Municípios, para que



Reunião de 11/03/2026

seja recolocado no Plano Nacional Rodoviário o antigo IC12, atual A35, para ser concluído. O que eu lhe digo é, concelhos onde a variante seja externa, deixaram de ter a frequência normal no que é o comércio local. E no Carregal do Sal, com o IC12 ali a passar, e em Leiria, a Dra. Isabel Damasceno disse o mesmo. O que eu disse não era não passar, eu estou a dizer que há uma parte que tem que passar. Porque tem uma contrapartida na economia local imensa, está associada à variante. A parte da variante, eu acho que devia continuar. Daí, se já está lá a informação feita. Nós submetemos isso ao Ministério da Coesão, ao Ministério das Infraestruturas de Portugal, e enviámos para a presença do Conselho de Ministros. A questão da Variante, como nós já falámos aqui. A variante, o estudo que está feito, e já o falámos também, desde a rotunda da vinha até à rotunda da zona industrial, do prolongamento da 284, são 4 milhões de euros. Não é só o betuminoso, o que lá está tem que ser decapado, tem que ser retirado, tem que ser fresado. E, portanto, os custos ali assustam bastante. É por causa das cargas. Por causa das cargas, sim. Uma coisa, hoje em dia, você põe 8 ou 10 centímetros de alcatrão e dá. Ali, com os veículos pesados e com a qual ele está, pronto. Daí... -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Mas ainda aplicam fibras. São os ferrinhos que estão misturados no alcatrão. Para ele se interligar e não partir. -----

---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Agora, nós temos depois ali outro orçamento, que é o orçamento que vai desde a feira da rotunda da vinha até à rotunda da jaca, pronto, como nós conhecemos, que é onde há... Onde a via, não quer dizer que a parte da outra via também não precise. Mas até é mais antiga também. Também tem mais peso, caramba. Eu sei, eu percebi, mas a outra também já... Já cá está. Já está construída. Há 30 anos. E... Olhe, deixem-me só acabar. Portanto, é dizer precisamente essa questão. É se algum dia for construída, o que eu acho, o que eu proponho, é que haja uma parte que não seja excluída, precisamente na variante, por duas razões. Primeiro, para assegurar o financiamento da própria via. Segunda, para manter o que é... Sim, sim, sim. A outra, para ao contemplar isso, não despende do erário municipal, 4 milhões de euros que efetivamente não tem. Aliás, em termos de capacidade de endividamento, a Autarquia tem. Tem 6 milhões de euros de capacidade de endividamento. Mas deixar 4 milhões de euros. Não é que não seja importante ser lá feito, aliás, vai ser intervencionado ainda esta semana, com outra solução mais duradoura, que o tempo não tem permitido, mas foi sendo reparado, conforme foi sendo podendo. Quer a rotunda da vinha, quer a rotunda do Pingo Doce, são, educadamente, as duas mais complexas, para não dizer outra coisa. Sim, sim. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - E já agora, 20 metros ao pé da padaria, na Estrada que vai do campo de futebol para Senhorim. -----

---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Essa foi aquela que já lá fomos, pois, também. Mas já lá, nós fomos lá logo na altura, mas depois aquilo... Não sei, não sei. Mas há também... -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----
 ---- - Na minha modesta opinião, está a ver a estrada, é isto, aqui é o cruzamento de Mangualde, bastava cortar aqui, cortar, serrar, cortar e fresar, é para aí 20 metros, nem isso. --

---- O Senhor Presidente: -----
 ---- - Sim. Mas o que é feito agora é, com o apoio técnico que existe também, que nós perguntámos, a solução torna-se mais duradoura. Mas também interessa, porque já nos foi dito que vamos ser recebidos em breve pelo Ministro das Infraestruturas, que nós

continuamos a reportar a necessidade de a via ser reposta e ser feita uma solução de fundo. Porque com os remendos não vai ser fácil, mas também sem financiamento, também não. Ou seja, duas questões. Isso é uma opinião que eu disse, baseada em duas coisas. Um, financiamento para repor a variante, tendo em conta o avultado investimento que têm que ser lá feito. Segundo, não menos, espeçando, que é importante para o desenvolvimento económico de Nelas. Eu não tenho uma única dúvida da variante. Todas as localidades onde a variante desviou, as mais pequenas, em particular os centros de baixa densidade populacional, como o nosso, como o Carregal, como Mangualde. O que é o comércio local definiu um bom bocado, porque as pessoas seguem. Elas aqui passam por dentro. Não é à toa que nós temos três médias superfícies, vá. Grandes para o nosso meio, médias no que é o conceito nacional, no mesmo local, e não abriu lá uma quarta porque, porque, e há uma outra empresa que já veio visitar-nos, do mesmo setor agroalimentar, que também pretende abrir na mesma área, outra que é cadeia alimentar. E, portanto, estes grupos não abrem porque lhes apetece. Tem que haver estudos. O facto de circular tanta gente, e nós, por exemplo, vamos ver que os tiros estão sempre quase todos encostados ali nas faixas, e ajudam menos. O projeto... Há métrica, há métrica, há métrica. Nós fizemos isso, sim. E nós, inclusive, esta questão do que é os condutores dos transportes internacionais rodoviários, nós temos registos que, por vezes, estão 50, 60, 70 pernoitados. Esses 50, 60 ou 70 pernoitados estão a dormir, mas vão comprar comida, vão ao café, e nós estávamos a pensar alocar, eventualmente, ali o que é o parque, já me estou agora a expandir, mas vou concluir, onde é a feira, a feira mensal, haver um espaço de acesso quase à variante, onde pudesse, eventualmente, ser uma espécie de parque para os tiros lá estarem, não só garantindo segurança a eles, e fazendo com que mais cá fiquem também, e, portanto, injeção da economia local, pode não ser quantificável, mas a probabilidade de termos mais gente cá, logo, fazer compras localmente é maior, por uma questão de segurança, por uma questão de preservação, que o grande desgaste da via também tem a ver com os transportes internacionais rodoviários, e, se nós tirarmos os transportes rodoviários da equação, nós se remendarmos aquilo aguenta, o pior é o pior. Agradeço a vossa atenção. Doutora Ana Santos, faça favor, por favor. -----

---- A Senhora Vereadora Enf.^a Patrícia Forte: -----

---- - Obrigada. Se calhar não tem grande pertinência, mas é assim, na verdade, este turismo, ou esta passagem de veículos, faz muito sentido e é muito importante para as grandes superfícies, mas, se formos a passar no domingo, nas ruas de Nelas, estão vazias, porque o comércio está fechado, e, basicamente, param nos cafés dos que estão abertos, que são poucos, portanto, o pequeno comércio não usufrui com esta passagem de turismo. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - Durante a semana, sim. -----

---- A Senhora Vereadora Enf.^a Patrícia Forte: -----

---- - Durante a semana, sim. Durante o sábado e o domingo, pouco. Porque se calhar não temos, não conseguimos captar público para dentro de Nelas, para o pequeno comércio. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques: -----

---- - Um pequeno comércio mais claro. -----

---- A Senhora Vereadora Enf.^a Patrícia Forte: -----

---- - Porque não é atrativo. Porque, exatamente, não passa gente. -----

---- O Senhor Presidente: -----

---- - A Senhora Vereadora, até pelas funções que desempenha, mudou muito, funções em termos profissionais. O paradigma pós-Covid mudou imensamente a atitude das pessoas. Vou-lhe dar um caso concreto. A restauração está de rastos. Em termos de recursos humanos. Saiu toda a gente. Saiu toda a gente da restauração, porque as pessoas descobriram que há vida. E que também querem o domingo para estar com a família, querem o domingo para ir passear com os filhos. E isso mudou. O paradigma mudou. Vai a Mangualde, tem o mesmo problema. Vai a Viseu, seja ao Palácio do Gelo, vai ao meio da cidade, tem o mesmo problema. E depois, por mais que nós sensibilizamos. Vou-lhe dar um caso concreto: Duas ou três grandes cafés de Nelas. Nós já sensibilizámos para estar aberto ao domingo. A resposta é assim. Agradeço a sensibilização, mas nós não queremos. As pessoas não querem. Quem é



Reunião de 11/03/2026

que lucra bastante com isso? Tenho aqui um café conhecido, não vou falar o nome, mas toda a gente sabe quem é. Na Avenida João XXIII, onde você tem os autocarros, quase todos estacionados, que vão para a Serra. Pronto. Mas é por opção. Os outros, se estivessem, também tinham. Vou-lhe dar outro caso concreto. Já? O café ao pé da Mata das Alminhas, que raramente alguém lá passa, tirando uma dúzia de clientes habituais. Fica fora de mão e as pessoas não vão lá. No sábado, e particularmente no domingo, vai lá, eu vivo lá, são três e quatro autocarros lá parados para ir ao café. Porquê? Estão abertos, agora os outros não querem abrir. E nós não temos mecanismos, naturalmente, de os obrigar. Mas tem muito a ver com isto. Nós vamos à restauração, você repara que muitos deles têm a ver com a comunidade migrante. Quase tudo. Há um ou outro também, mas grande parte tem a ver com isso também. Doutora Ana Santos, por favor, a minuta. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu, por favor, à Funcionária Dr.^a Ana Isabel Almeida dos Santos, Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, que secretariou a reunião, para proceder à leitura da minuta da ata da presente reunião. -----

---- Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às dezassete horas e vinte e seis minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, conforme deliberação tomada na reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada em 07 de novembro de 2025, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

A Dirigente Intermédia de 3.º Grau,
